UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

FRANCINETE PEREIRA DA COSTA

CONFLITOS NA PESCA DA LAGOSTA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE, O TRABALHO E O AMBIENTE.

FORTALEZA
2019

FRANCINETE PEREIRA DA COSTA

CONFLITOS NA PESCA DA LAGOSTA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE, O TRABALHO E O AMBIENTE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas e Políticas de Saúde.

Orientadora: Dra. Raquel Maria Rigotto.

FORTALEZA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C872c Costa, Francinete Pereira da.
CONFLITOS NA PESCA DA LAGOSTA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE, O TRABALHO E O AMBIENTE / Francinete Pereira da Costa. – 2019.
102 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto .

1. Pesca artesanal. 2. Conflitos ambientais. 3. Processo Saúde-Doença. 4. Trabalho. 5. Ambiente. I. Título.

CDD 610

FRANCINETE PEREIRRA DA COSTA

CONFLITOS NA PESCA DA LAGOSTA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE, O TRABALHO E O AMBIENTE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas e Políticas de Saúde.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Raquel Maria Rigotto (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Drª Maria do Socorro de Sousa

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profº. Drº Antônio Jeovah Andrade Meireles

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Muitos são os motivos a agradecer e muitas as pessoas que estiveram presentes durante a realização deste trabalho, desta forma agradeço:

A Deus, força superior que rege minha vida, por enviar pessoas certas no momento certo, pela realização deste trabalho.

À minha família, por saber que sempre posso contar com todos (as).

À minha orientadora, professora Raquel Rigotto, pelo acolhimento, pelos momentos compartilhados, por todo que aprendi com sua pessoa.

Ao Núcleo TRAMAS, pela oportunidade de conhecer pessoas tão maravilhosas, pelas contribuições e reflexões durante todas as fases deste processo, pelos momentos compartilhados.

Aos membros da banca, professor Jeovah Meireles e professora Socorro Sousa, pela presença, contribuição e acompanhamento da dissertação. À professora Socorro Sousa, por fazer parte deste processo, desde a defesa do objeto, a qualificação e a defesa da dissertação. Agradeço, ainda, por ser esse ser humano tão acolhedor com quem se pode contar.

Ao pessoal da secretaria, Dominik e Hemison pela disponibilidade em ajudar os alunos, pelo atendimento sempre gentil.

Aos colegas de sala, pelas experiências e momentos compartilhados.

Às irmãs Teixeiras: Márcia, Manjari, Marluce e a Dedé, por me acolher no seio de sua família, não somente durante esses dois anos do mestrado, mas durante os períodos mais difíceis da minha vida (doença do meu pai e acidente da minha irmã), pelas palavras de incentivo, conselhos, pelo cuidado, pelas conversas, por me tratar tão bem como parte da família, a vocês minha gratidão e meu muito obrigada.

À Cleana Marques e Sabrina Silva pelo apoio, incentivo, ajuda na condução da dissertação, por estarem sempre disponíveis a ajudar.

A Felipe Rebouças, pela formatação e elaboração dos gráficos.

Aos pescadores artesanais da Praia de Redonda, protagonistas desta pesquisa, e líderes comunitários que participaram da pesquisa.

À FUNCAP pelo apoio financeiro.

RESUMO

As relações entre o trabalho, a saúde e o ambiente estão presentes em todos os contextos sociais e vão se transformando de acordo com o surgimento de novos elementos que interferem na dinâmica dessas relações, repercutindo diretamente no processo saúde-doença da população. No cenário do processo de trabalho pesqueiro não é diferente: a partir do momento que é introduzido o trabalho da pesca predatória nos territórios utilizados pela pesca artesanal eclode um desequilíbrio no ambiente, no trabalho e consequentemente na saúde dos trabalhadores. Tal realidade é percebida na Praia de Redonda, Icapuí-Ce, que se constitui em uma comunidade de pescadores artesanais que vivencia conflitos na pesca da lagosta com pescadores que realizam a pesca predatória, pois estes tiveram seu modo de produção influenciado pelas tecnologias modernas capitalistas com repercussões sobre o processo de trabalho e a natureza. Nesse cenário, a pesca da lagosta encontra-se atualmente em declínio devido a enorme pressão, que a pesca predatória exerce sobre esses estoques, ocasionando problema bioecológico e socioeconômico de difícil solução. O estudo objetivou analisar as repercussões do conflito na pesca da lagosta sobre a saúde, o trabalho e o ambiente no contexto dos pescadores artesanais da praia de Redonda, Icapuí-Ce. Para tanto, esta pesquisa utilizou as técnicas de grupo focal e entrevista semiestruturada para coleta de dados, onde através da abordagem qualitativa e da pesquisa nativa de inspiração etnográfica, foi possível revelar os resultados e achados aqui presentes. A análise dos dados se deu por meio da análise de conteúdo. Os participantes da pesquisa foram os pescadores artesanais da comunidade de Redonda, assim como os líderes envolvidos nas questões da pesca na comunidade. Os resultados mostram que houve mudanças significativas na comunidade e no processo de trabalho da pesca artesanal decorrentes do conflito com a pesca predatória, tais como: no processo saúde-doença as mudanças se dão ao fato de os pescadores associarem a ausência de saúde mediante a falta de condições para realizar sua atividade laboral, onde foi elucidado o sentimento de tristeza (que pode repercutir em doenças como depressão, alcoolismo, entre outras) ocasionado pelo fato de não conseguirem sustentar suas famílias e pelo acúmulo de dívidas, além dos acometimentos advindos da própria atividade laboral. Quanto à categoria trabalho, os pescadores reconhecem várias mudanças mediante os conflitos na pesca, tais como: o desaparecimento gradual da figura do mestre por ocasião do avanço tecnológico; a migração dos pescadores para outras cidades e regiões em busca de uma temporada de pesca mais farta; a necessidade de realizar outras tarefas laborais para complementar a renda da família, fato que aos poucos vai distanciando o pescador do ambiente marinho. Já na categoria ambiente as mudanças percebidas foram a poluição das lagostas e do ambiente marinho devido ao contato com substâncias químicas derivadas dos tambores de ferro utilizados pela pesca predatória como atrativos de lagostas; a escassez acentuada do crustáceo devido à sobreexplotação da espécie.

PALAVRAS-CHAVES: Pesca artesanal; Conflitos ambientais; Processo Saúde-Doença; Trabalho; Ambiente.

ABSTRACT

The relations between work, health and economy are present in all social contexts and new communication programs with the emergence of new elements that interfere in the leadership relationship, directly affecting the population's health-disease process. The fishing work scenario is no different: from the moment the predatory fishing work is introduced in the territories, artisanal fishing is an unbalanced environment, there is no work and, consequently, on workers' health. This reality is perceived in Praia de Redonda, Icapuí-Ce, which is a community of artisanal fishermen who experience conflicts in lobster fishing with fishermen who carry out predatory fishing, as these had their mode of production influenced by modern capitalist technologies with repercussions on the work process and nature. In this scenario, lobster fishing is currently in decline due to the enormous pressure that predatory fishing exerts on these stocks, causing a difficult bioecological and socioeconomic problem. The study aims to analyze the repercussions of the conflict on lobster fishing on health, work and environment in the context of artisanal fishermen of Redonda beach, Icapuí-Ce. Therefore, this research used the focus group and semi-structured interview techniques for data collection. Data analysis was performed through content analysis. The survey participants were artisanal fishers from the community of Redonda, as well as leaders involved in community fisheries issues. The results show that there have been significant changes in the artisanal fishing community and work process resulting from the conflict with predatory fishing, such as: in the health-disease process the changes are due to the fact that fishermen associate the lack of health through the lack of conditions to perform their work activity, where the feeling of sadness (which can affect diseases such as depression, alcoholism, among others) was elucidated due to the fact that they are unable to support their families and the accumulation of debts, as well as the consequences of their own activity labor. As for the work category, fishermen recognize various changes through conflicts in fishing, such as: the gradual disappearance of the figure of the master at the time of technological advancement; the migration of fishermen to other cities and regions in search of a fuller fishing season; the need to perform other work tasks to supplement family income, a fact that gradually distances the fisherman from the marine environment. In the environment category, the perceived changes were the pollution of lobsters and the marine environment due to contact with chemicals derived from iron drums used by predatory fishing as lobster attractions; the marked scarcity of the crustacean due to overexploitation of the species.

KEYWORDS: Artisanal fishing; Environmental conflicts; Health - Disease Process; Work; Environmental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Instrumento de pesca predatória: Caçoeira. 17

Figura 02 - Instrumento de pesca predatória: Marambaia. 18

Figura 03 – Instrumento de pesca predatória: compressor. 19

Figura 04 – Instrumento de pesca artesanal: manzuá/cangalha 19

Figura 05- Barco de pesca artesanal. 20

Figura 06 – Barco de pesca predatória. 20

Figura 07 – Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: atividades pesqueiras e carcinicultura (Icapuí, Ceará-Brasil). 29

Figura 08 - Localização geográfica de Icapuí 45

Figura 09 - Vista geral da praia de Redonda, município de Icapuí-CE 46

Figura 10 - Movimento na Comunidade no dia anterior ao início da pesca. 55

Figura 11- Pescadores transportando equipamentos de pesca da praia para os barcos. 56

Figura 12- Centro Comunitário Monsenhor Diomedes. 59

Figura 13 - Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores de Icapuí-Ce. 59

Figura 14 - Balda na praia. 70

Figura 15 - Primeiro instrumento de pesca artesanal para captura da lagosta, Jereré. 79

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das classes etárias dos pescadores entrevistados 51

Gráfico 2 - Tempo de atuação dos entrevistados na atividade pesqueira 51

Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos entrevistados 52

Gráfico 4 - Distribuição dos entrevistados que são proprietários de barco 52

QUADROS

Quadro 01 - Principais diferenças entre a pesca artesanal e a pesca predatória, equipamentos, legalidade, impactos ambientais e tipos de embarcação. Icapuí-Ceará, 2019.....16

Quadro 02 – Participantes das entrevistas: Nome, Idade e Escolaridade.. **Erro! Indicador não definido.**53

Quadro 03 - Quantidade de pescadores e marisqueiras por comunidade em Icapuí-Ce. 57

Quadro 04 - Principais tipos de acometimento na atividade da pesca: causas e patologias.....66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP - Área de Preservação

AMR - Associação dos Moradores de Redonda

ACS - Agente Comunitário de Saúde

BNB - Banco do Nordeste

CEB´s - Comunidades Eclesiais de Base

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores

CCMD - Centro Comunitário Monsenhor Diomedes

DAL - Dispositivos Atratores de Lagosta

ESF - Estratégia Saúde da Família

GDTur - Grupo de Desenvolvimento do Turismo de Icapuí

GPS - Sistema de Posicionamento Global

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores

MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

MS - Ministério da Saúde

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PVC - Policloreto de Vinila

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

REP - Registro de Embarcação Pesqueira

RGP - Registro Geral de Pesca

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SINDIPAMI - Sindicato dos Pescadores e Pescadoras, Marisqueiras, Agricultores da Pesca Artesanal de Icapuí-Ce.

SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente

SNVA - Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TCR - Termo de Conclusão de Residência

UAPS - Unidade de Atenção Primária à Saúde

UBSF - Unidade Básica de Saúde da Família

UC - Unidade de Conservação

UFC – Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....14

2 INTRODUÇÃO.....16

2.1 Estrutura do texto 26

2.2 Objetivos.....27

2.2.1 *Geral*.....27

2.2.2 *Específicos*.....27

3. REFERENCIAL TEÓRICO.....28

3.1 “Quem morre calado é sapo debaixo do pé do boi”: início da organização e luta da comunidade de Redonda.....28

3.2 População, Povos e Comunidades Tradicionais. 32

3.3 Pesca para que(m)?: políticas, ações e movimentos de pesca no Brasil.....36

3.3.*1 Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP):*.....38

3.3.2 *Constituinte da Pesca* 39

3.3.3 *Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)*.....40

3.3.4 *Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)*.....40

3.4 Saúde e Ambiente e Saúde do Trabalhador: campos da Saúde Coletiva. 41

4 METODOLOGIA.....44

4.1 Abordagem e tipo do estudo.....44

4.1.1 *A abordagem qualitativa e a pesquisa nativa de inspiração etnográfica.* 44

4.2 Local do Estudo.....47

4.3 Técnicas e instrumentos de pesquisa.....50

a) Grupo Focal 50

b) Entrevistas.....53

4.4 Perfil dos Participantes.....53

4.5 Análise dos dados 57

4.5.1 *Análise de Conteúdo*.....57

4.6 Aspectos Éticos 57

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 58

5.1 Contexto dos pescadores e da pescaria 58

6 CONCEPÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS SOBRE A SAÚDE, O TRABALHO E O AMBIENTE. 63

6.1 “Com saúde é quando tô no mar”: percepção dos pescadores artesanais sobre a repercussão do conflito no processo saúde-doença. 63

6.2 “A gente quer é a sobrevivência de viver do mar”: percepção dos pescadores artesanais sobre a repercussão do conflito no trabalho. 70

6.3 “Tem que soltar a miúda e só trazer quando tiver grande”: percepção dos pescadores sobre a repercussão do conflito no ambiente. 75

7 REDONDA: UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES ARTESANAIS (ATÉ QUANDO?)..... 78

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 85

REFERÊNCIAS 88

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS CONDUTORAS PARA GRUPO FOCAL.. 96

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS CONDUTORAS PARA ENTREVISTAS... 98

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... 99

APÊNDICE D - DICIONÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES DOS PESCADORES 101

1 APRESENTAÇÃO

Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar, meu bem querer
Se Deus quiser quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer
Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer

(Suíte do pescador, Dorival Caymmi).

Começo com estes versos a presente dissertação, pois em sua essência, é sobre pescador, trabalho, jangada, mar, que este trabalho se refere. O mar onde, quem olha de longe somente enxerga a beleza das águas, a efervescência das ondas, a paz da brisa suave e a maciez da areia salgada, não percebe que assim como há contaminação nas terras, nas plantações, nos quintais há também contaminações nos mares, nos seres que habitam esse ecossistema, além dos perigos cotidianos que os trabalhadores do mar enfrentam e as angústias e preocupações das mães, esposas, filhos e parentes que ficam em terra enfrentam sem saber se aquele trabalhador que saiu para realizar seu trabalho retornará ou não.

Esse contexto de angústias e preocupações intensifica quando a realidade dos pescadores encontra-se em conflitos que podem ser violentos ocasionando até mortes. Refiro-me a Praia de Redonda comunidade do município de Icapuí- Ceará, lugar onde cresci ouvindo a oralidade das histórias contadas pelos mais velhos sobre as lutas travadas pelo povo de Redonda como a luta pela terra, a luta pela educação, a luta por melhores condições de saúde (SILVA, 2004) e a luta pela sobrevivência econômica concretizada na pesca da lagosta.

Essa realidade desperta interesses por conhecer a profundidade, a efervescência e o desfecho desse conflito, principalmente nas pessoas que vivenciam tal realidade, comigo não é diferente o interesse em conhecer a profundidade do conflito surgiu há muito tempo, o interesse de compreender a realidade do pescador que é um símbolo forte/presente para a comunidade de Redonda, o avanço da pesca de mergulho/compressor e sua repercussão na saúde despertava ainda mais o anseio em compreender tal realidade.

Tive a oportunidade de pesquisar sobre a saúde do homem pescador quando fiz a Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará, onde para concluir é necessário fazer um TCR (trabalho de conclusão de residência), foi então que rapidamente veio a ideia de pesquisar sobre a saúde do pescador. Como estava inserida em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) observei de imediato a escassez da população masculina nesse espaço, foi então que surgiu a ideia de estudar a saúde do homem pescador na Atenção Primária a Saúde. Após conclusão da residência veio a oportunidade do mestrado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde tive a felicidade de ingressar na linha de pesquisa que dava oportunidade para ampliar o leque de pesquisa sobre o pescador, e aqui estou tentando compreender tantas indagações que surgem a cada dia na minha realidade de habitante de uma comunidade de pescadores selada pelas marcas de conflitos, assim me vejo em meio a tantos questionamentos: até quando haverá pesca artesanal? Até quando haverá a rica cultura tradicional? Até quando haverá o recurso natural (lagosta) que caracteriza a cidade de Icapuí? Qual o destino da comunidade de Redonda se algum dia deixarem de existir o pescador artesanal e as lagostas?

Assim procuro compreender as consequências que o conflito em torno da pesca lagosta causa para a população que vive diretamente desse recurso, que se encontra em declínio emergindo diversos tipos de conflitos que repercutem no cotidiano dessas pessoas.

Como objeto de estudo poderia ter elencado outras comunidades de pescadores tradicionais, porém demarco e esclareço a escolha pela comunidade de Redonda por todas as características acima citadas. Aproveito o ensejo para esclarecer o recorte sobre os pescadores, pois de acordo com Minayo (2010), “o objeto ou problema de pesquisa é uma parte, recorte, fragmento de determinada totalidade, que para ser estudada em sua significação, deve conter relações essenciais e expressar especificidade” Dessa forma, procurei estudar essa parte da história e do cotidiano da população da Praia de Redonda, o pescador de lagostas e os conflitos que envolvem essa atividade, assim como as repercussões desses conflitos sobre a população, pois essa comunidade representa a efervescência das lutas para a garantia de uma pesca artesanal, é marco de participação política em favor dessas causas e, sobretudo, remonta a ideia de uma comunidade que apesar das suas perdas, fragilidades econômicas, sociais e ambientais, mantem na sua cultura a força de uma população que é integralmente ligada ao ambiente, ao mar e que dele extrai o seu melhor mesmo quando em conflito.

Assim como as jangadas que todos os dias saem para o mar com a esperança de não voltarem vazias, procurei sair para o mar da pesquisa cientifica e voltar com todos os frutos que dela advém.

2 INTRODUÇÃO

As relações entre o trabalho, a saúde e o ambiente estão presentes em todos os contextos sociais e vão se transformando de acordo com o surgimento de novos elementos que interferem na dinâmica dessas relações, repercutindo diretamente no processo saúde-doença da população.

No cenário do processo de trabalho pesqueiro não é diferente: a partir do momento que é introduzido o trabalho da pesca predatória nos territórios utilizados pela pesca artesanal eclode um desequilíbrio no ambiente, no trabalho e consequentemente na saúde dos trabalhadores.

Nesse contexto, buscou-se analisar as repercussões do conflito na pesca da lagosta sobre a saúde, o trabalho e o ambiente no contexto dos pescadores artesanais da praia de Redonda, Icapuí-Ce.

A pesca é uma das atividades extrativistas mais antigas realizadas pelo ser humano. No Brasil, antes do período colonial, era realizada pelos índios e consistia na captura de peixes, crustáceos e moluscos para subsistência dos indígenas. Com a chegada dos portugueses-colonizadores essa forma de pescar muda de configuração, incluindo outras formas para além da pesca de subsistência até então realizada pelos indígenas (DIEGUES, 1983).

A pesca marítima, a qual este trabalho se refere, consiste em um processo de trabalho que se diferencia de acordo com o nível de tecnologia que é empregada na atividade e com a forma de apropriação da natureza, sendo comum a diferenciação primeira entre os setores artesanal e empresarial. Enquanto a pesca artesanal caracteriza-se por ser uma atividade realizada de forma responsável e legalizada, pela função econômica que assegura a principal fonte de renda ao pescador e sua família, e pela função cultural, que assegura ao pescador artesanal rica cultura tradicional, a pesca empresarial visa apenas o valor comercial. Quando os dois setores disputam o mesmo espaço/território marítimo, os mesmos recursos naturais e interferem diretamente na produção e no modo de vida do pescador artesanal, emergem graves conflitos pela apropriação dos espaços, territórios e recursos pesqueiros (CARDOSO, 2001).

A pesca empresarial chegou no município de Icapuí-Ce em 1980 através de empresas de pesca advindas do Rio Grande do Norte. Nesse início, a pesca era vinculada a empresas de pesca, porém a partir do momento em que os pescadores de Icapuí-Ce foram se apropriando dos instrumentos e do modo de produção por eles realizados, passaram a ser donos dos equipamentos de pesca desvinculando-se das empresas e continuaram a exercer a pesca de forma predatória e ilegal (GALDINO, 1995).

Desse modo, a pesca predatória possui características do setor empresarial, com relação ao processo de trabalho, aos instrumentos utilizados na pesca e a forma como é realizada. Por conseguinte, a pesca predatória realizada em Icapuí diferencia-se da pesca empresarial pelo fato de não haver empresas de pesca diretamente ligadas ao pescador, ou seja, o pescador que realiza a pesca predatória exerce a atividade por conta própria, não é contratado nem funcionário de uma empresa de pesca, ele é dono do seu próprio barco e do material que usa para esse tipo de pesca ou trabalha no barco de outro pescador e eles próprios vendem os produtos da pesca aos atravessadores, por isso neste trabalho será utilizado o termo pesca predatória e não pesca empresarial.

As principais diferenças entre os referidos tipos de pesca podem ser observadas na tabela abaixo:

Quadro 01 - Principais diferenças entre a pesca artesanal e a pesca predatória, equipamentos, legalidade, impactos ambientais e tipos de embarcação. Icapuí-Ceará, 2019.

TIPO DE PESCA	EQUIPAMENTOS	LEGALIDADE	IMPACTOS AMBIENTAIS	TIPO DE EMBARCAÇÃO
ARTESANAL	Simples, artesanais, confeccionados pelos próprios pescadores.	Legal.	Baixo impacto ambiental.	Pequena, de propulsão natural (vela, remo).
PREDATÓRIA	Fabricados mecanicamente	Ilegal.	Depredação, poluição, sobrepesca.	Médio ou grande porte, motorizada.

Fonte: DIEGUES, 1983; GALDINO, 1995.

De acordo com a Instrução Normativa nº138, de dezembro de 2006, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA, os instrumentos permitidos para pesca da lagosta são o covo ou manzuá/cangalha, sendo qualquer outro tipo de instrumento proibido e ilegal. Os pescadores artesanais utilizam somente o manzuá/cangalha, já os pescadores que realizam a pesca predatória utilizam instrumentos, que

são proibidos por lei devido a seu poder predatório, como a caçoeira (rede de arrasto), o compressor e a marambaia, além de praticar a pesca contínua sem respeitar o período do defeso[1]. A prática com esses equipamentos predatórios ocasiona desequilíbrio no ecossistema podendo a pesca da lagosta deixar de existir enquanto fonte de renda e como atividade econômica (VIEIRA, 2007; RODRIGUES, 2013).

A caçoeira (figura 1), também conhecida como rede de arrasto ou rede de espera, consiste em uma rede confeccionada com variação de nylon multifilamento entre 0,30 e 0,50 mm, sendo mais comum entre 0,40 mm, possuindo geralmente 24 malhas de altura, utilizando-se bóias para flutuação na tralha superior e chumbo na tralha inferior, resultando em um equipamento muito prejudicial ao meio ambiente, pois além de retirar as lagostas pequenas e as ovígeras, danificam todo o substrato marinho (ARAÚJO, 2013; RODRIGUES, 2013; NÓBREGA *et al*., 2004).

Figura 01 – Instrumento de pesca predatória: Caçoeira.

Fonte: Google Imagens.

[1] Período em que é proibido a pesca por tempo determinado, visando a manutenção e reprodução dos estoques pesqueiros.

As marambaias (figura 2) são Dispositivos Atratores de Lagosta (DAL), confeccionados, principalmente, com tambores de ferro advindos da indústria química, os quais contêm resíduos altamente prejudiciais ao homem e a todo ecossistema marinho, quase sempre estão associadas a pesca com o compressor. Além de contribuir para dizimar os estoques de lagosta, a marambaia polui o mar, pois os tambores de ferro, geralmente velhos, sujos e enferrujados, ao serem depositados no mar liberam as substancias contida neles (NÓBREGA *et al*., 2004).

Figura 02- Instrumento de pesca predatória: Marambaia.

Fonte: Google Imagens.

O compressor (figura 3) surgiu no Rio Grande do Norte, em 1978, expandindo-se rapidamente para os demais estados que realizam a pesca da lagosta. Embora proibida por lei (SUDEPE, Portaria N0 01 de 16/02/1978), a utilização deste método de captura se difundiu rapidamente, com algumas frotas apresentando índices bastante elevados do emprego do mergulho com compressor (NÓBREGA *et al*., 2004). Quanto a operacionalização do equipamento, Rodrigues (2013) descreve que:

> Os equipamentos são arranjados da seguinte maneira: primeiro, é feito a retirada da válvula de segurança do botijão e preenchido com ar comprimido (o mesmo usado nos cilindros de mergulho profissional); depois o botijão de gás é acoplado ao motor do barco por uma correia; em seguida, uma mangueira de aproximadamente 300 metros é encaixada ao botijão de gás; depois disto, um filtro é acoplado à mangueira que é usada pelo mergulhador; finalmente, na outra extremidade livre da mangueira, coloca-se uma boquilha por onde o mergulhador irá respirar (RODRIGUES, 2013. p.18-19).

Figura 03 – Instrumento de pesca predatória: compressor.

Fonte:Google Imagens

O manzuá/cangalha (figura 4) é uma armadilha de fundo, apresentando formato retangular (100 x 25 x 67 cm), confeccionada com armação de madeira (marmeleiro, peroba, pau d'arco), revestida com tela de náilon 0,60 mm, possuindo entre 40 e 50 mm entre nós opostos e duas sangas (abertura superior) (ARAÚJO, 2013; RODRIGUES, 2013). O manzuá/cangalha derivou-se de um apetrecho chamado Covo que também era confeccionado com madeira e revestido com arame galvanizado nº 8 ou com tela de náilon, possuindo apenas uma sanga.

Figura 04 – Instrumento de pesca artesanal: manzuá/cangalha

Fonte: Google Imagens

As diferenças entre os referidos tipos de pesca também são percebidas quanto aos tipos de barcos que utilizam, onde a pesca artesanal utiliza barcos de pequeno porte (até 4 metros) de propulsão a vela, e a maioria dos barcos utilizados na pesca predatória são de médio ou grande porte e todos motorizados. Abaixo segue imagens dos dois tipos de barcos:

Figura 05- Barco de pesca artesanal.

Fonte: Google Imagens.

Figura 06 – Barco de pesca predatória.

Fonte: Google Imagens

Os diferentes tipos de instrumentos utilizados geram um contexto de assimetria de poder, pois enquanto os pescadores artesanais passam várias horas para capturar pequena quantidade de lagosta, os pescadores que realizam a pesca predatória em pouco tempo capturam grandes quantidades de lagostas, o que ocasiona enorme desproporção. Enquanto a pesca artesanal defende a preservação e legalidade da pesca da lagosta, assim como, a manutenção do seu modo de vida tradicional, a pesca predatória visa apenas o lucro, o que repercute em vários conflitos.

Os conflitos entre a pesca artesanal e a pesca predatória configuram-se em conflitos ambientais, os quais se referem aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais e estão inseridos em um contexto de assimetria de poder, por parte dos atores confrontados, configurando-se em disputas entre, de um lado, interesses das comunidades, organizações e movimentos sociais aliados e, de outro, agentes sociais beneficiados por diversas atividades econômicas e produtivas advindos do capitalismo (SVAMPA, 2016; PORTO, FINAMORE, 2012).

Como alicerce do conflito entre a pesca artesanal e a pesca predatória em Icapuí-Ce tem-se o modo de produção capitalista que para alcançar sempre o lucro, destrói o meio ambiente e interfere na saúde da população, como o caso aqui trabalhado dos pescadores artesanais, que sofrem a interferência da pesca predatória nas áreas de pesca artesanal, resultando em vários conflitos, pois a pesca predatória, embasada no modo de produção

capitalista, visa somente os aspectos econômicos em detrimento da saúde da população e a da qualidade do ambiente. (PONTES, RIGOTTO, 2014; DIAS et al, 2009).

O capitalismo através das suas multifaces, e aqui, representado pela "face" do "desenvolvimento da pesca da lagosta", tenta sucumbir essa atividade econômica tão importante para os povos do mar, que dela dependem para sobreviver e para se afirmar enquanto sujeito social. As comunidades tradicionais que sofrem com essas interferências têm suas economias locais desorganizadas, desterritorializando as relações socioeconômicas locais, desconsiderando as especificidades do território, incluindo seus ecossistemas, povos, cultura, o que interfere diretamente na saúde desses povos (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014).

Assim sendo, o capitalismo prega a premissa do desenvolvimento da pesca da lagosta afirmando que a pesca artesanal é uma atividade estagnada do ponto de vista da tecnologia da pesca e do pescado, e uma atividade economicamente deficiente. Dessa forma, a lagosta configura-se como mais uma das *commodities* que o sistema capitalista promove, podendo chegar ao esgotamento.

A palavra desenvolvimento quando advinda da ideologia do capitalismo significa o bem-estar de uma elite detentora do poder econômico, e o não envolvimento com as populações e com o meio ambiente que exploram, assim, através da palavra desenvolvimento, perpetua-se o mesmo sistema de colonização da era colonial do nosso país, porém com um cenário novo e grilhões diferentes.

Nesse cenário, a pesca da lagosta encontra-se atualmente em declínio devido a enorme pressão, que a pesca predatória exerce sobre esses estoques, ocasionando problema bioecológico e socioeconômico de difícil solução. O problema bioecológico diz respeito a sobreexploração da espécie da lagosta que caminha para o limite máximo sustentável de exploração, e para o ecossistema adjacente que é destruído quando utilizadas as formas predatória de captura da lagosta, enquanto o problema socioeconômico diz respeito a fragilidade que a população residente na zona costeira, e que necessita da pesca para sobrevivência enfrenta diante da escassez desses recursos naturais, pois essas espécies são responsáveis por assegurar trabalho, renda e alimento a essa população (GOMES FILHO, 2013). Tal realidade é percebida por Rigotto e Meireles (2013), quando observam que:

> Atualmente a crise da pesca artesanal, assim como a injustiça e desigualdades presentes nas políticas de ordenamento e gerenciamento pesqueiro são importantes fatores de aumento da pobreza e dependência das comunidades em relação às políticas compensatórias e à iniciativa privada. Esse contexto compromete as condições concretas de existência dessas populações, interfere em seus modos de vida e causa danos irreversíveis ao ambiente, corroborando no agravamento da degradação ambiental e das injustiças sociais (RIGOTTO; MEIRELES, 2013, p.194).

Segundo Vieira (2007), a exploração de um recurso pesqueiro que pretenda manter sua população ecologicamente equilibrada deve ser baseada em um raciocínio lógico e elementar, no qual se observa que seu estoque possui um limite máximo sustentável de exploração. Desrespeitar esse limite significa atingir o ponto de inflexão e, a partir desse instante, a espécie tenderá a um processo que poderá levá-la a extinção.

Os fatos, aqui apresentados, sobre os conflitos ambientais relativos a pesca artesanal e a pesca predatória da lagosta configuram-se na realidade da Praia de Redonda, município de Icapuí-Ce, que se constitui em uma comunidade de pescadores artesanais que vivenciam vários danos relacionados à saúde, ao trabalho e ao ambiente, pois a interferência do recurso natural (a lagosta) e a degradação do meio ambiente interfere diretamente na forma de trabalho e consequentemente na saúde dos pescadores.

Os pescadores da Comunidade de Redonda são os principais envolvidos nesse conflito por defenderem a pesca artesanal, de forma legalizada e responsável com o cuidado de preservar as espécies e não poluir/destruir o meio ambiente, sendo esta a única modalidade de pesca realizada na Comunidade. Dessa forma os pescadores de Redonda não permitem a forma predatória e ilegal nas suas áreas de pesca, entretanto outras comunidades de Icapuí exercem a pesca predatória e tentam realizar esse modo de trabalho nas áreas pesqueiras de Redonda, resultando em situações de conflito relacionadas à pesca da lagosta.

Nesse contexto, na intenção de manter o modo de trabalho da pesca artesanal, os pescadores de Redonda passam a fiscalizar a pesca, por causa da ausência do órgão competente - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Dessa forma, a falta de fiscalização abre precedentes para a fiscalização comunitária com forte participação da população, principalmente, dos pescadores que tomam essa responsabilidade de manter o ambiente marítimo preservado, pois além de defender esse espaço natural, enfatizam esse controle como parte da sua organização social.

Assim, em busca de soluções para os conflitos, os pescadores de Redonda associaram-se a outras praias vizinhas (Barra Nova, Uruaú, Barra da Sucatinga, Prainha do Canto Verde e Icapuí) e fundaram um Comitê. Como resultado dessa associação foi adquirido

uma embarcação chamada Monsenhor Diomedes I, com dinheiro advindo das próprias comunidades, para realizar a fiscalização, pois naquele momento o IBAMA não contava com nenhum barco o qual passou a utilizar essa embarcação para fiscalizar.

Todavia, diante da fiscalização ineficiente do órgão competente, essa função, novamente, volta a ser realizada pelos pescadores e moradores da comunidade de Redonda. No entanto, esse "controle" comunitário dos pescadores, em muitos períodos resultou em questões conflituosas as quais colocaram em risco a vida de muitos, e até resultou em morte e em cenário pouco amistoso que perdura até hoje.

Ademais, a pesca predatória envolve não só a questão da depredação do crustáceo, da violência dos embates que matam e deixam sequelas, mas também chama a atenção para um caso de saúde pública, que envolve não só o pescador, mas também todo o município, pois repercute em suas famílias e no sistema público, de forma ampla (RODRIGUES, 2013). Diante desses conflitos, e perante o surgimento de maiores e novas demandas de saúde, suscita-se os seguintes questionamentos: Como se encontra o pescador artesanal diante desses conflitos? A realidade que agora se apresenta para eles interfere na saúde? A pesca predatória interfere na saúde dos pescadores que a praticam? Como se encontra a saúde do pescador artesanal na comunidade de Redonda, Icapuí-Ce?

2.1 Estrutura do texto

O capítulo 3 consiste no referencial teórico utilizado na pesquisa, aborda a contextualização da comunidade de Redonda desde as primeiras formas de organização e reivindicação, ao surgimento da mobilização entorno da pesca da lagosta, assim como versa sobre a categoria Povos e Comunidades Tradicionais, reflete sobre as políticas e movimentos da pesca no Brasil e contextualiza o campo da Saúde Coletiva.

O capítulo 4 diz respeito a metodologia empregada, apresentando desde o local e a abordagem do estudo, as técnicas e estratégias utilizadas para realização da pesquisa, assim como as técnicas de análise dos dados.

O capítulo 5 trata dos resultados e discussão, onde o subcapítulo 5.1 engloba uma contextualização da pesca da lagosta na comunidade de Redonda e como os pescadores se organizam em colônias e sindicatos.

O capítulo 6 contêm as percepções dos pescadores sobre as principais categorias analíticas deste estudo, quais sejam: saúde, trabalho e ambiente, onde o subcapítulo 6.1 trata das percepções sobre a saúde, o subcapítulo 6.2 discorre sobre as percepções dos pescadores sobre o trabalho e o subcapítulo 6.3 abrange as percepções sobre o ambiente.

O capítulo 7 apresenta uma reflexão quanto ao caráter tradicional e artesanal da comunidade de Redonda, reflete pontos dessa característica, assim como mostra as alternativas apontadas pelos pescadores como saídas a atual crise da pesca da lagosta.

2.2 Objetivos

2.2.1 *Geral*

Analisar as repercussões do conflito na pesca da lagosta sobre a saúde, o trabalho e o ambiente no contexto dos pescadores artesanais da praia de Redonda, Icapuí-Ce.

2.2.2 *Específicos*

- Descrever as características do processo de trabalho da pesca artesanal e sua relação com o modo de vida dos pescadores.
- Compreender as consequências do conflito ambiental para a saúde dos pescadores.
- Identificar as potencialidades e as dificuldades inerentes ao modo de vida dos pescadores as quais refletem em seu Processo Saúde-Doença.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 “Quem morre calado é sapo debaixo do pé do boi”: início da organização e luta da comunidade de Redonda

A frase que inicia o subtítulo deste capítulo faz memória à década de 1970, data que corresponde ao início da organização e luta da Comunidade de Redonda e a chegada do Monsenhor Diomedes de Carvalho, que abre caminho para os primeiros passos rumo a organização social e aos movimentos comunitários a medida que propõe e estimula estratégia de formação de grupos de jovens e de senhoras, intencionando o despertar comunitário para os problemas que surgiam no território (SILVA, 2004).

A forma de trabalhar em grupo, de juntar a comunidade para discutir e tentar resolver os problemas ganha força e destaque com o passar do tempo, servindo de base para a organização da comunidade. O primeiro fruto concreto do trabalho em grupo foi a construção da primeira escola de Redonda que foi feita em mutirão pelos próprios moradores onde participaram homens, mulheres e crianças. A partir daí surgiram lideranças da própria comunidade, que trabalhavam a organização e a mobilização nas lutas travadas pela terra e no combate à pesca predatória.

Dessa forma, a organização iniciada pelos movimentos da igreja católica, especificamente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB´s) se fez muito presente no início da caminhada da comunidade, trazendo cânticos de organização, luta, resistência e enfrentamento perante as adversidades e injustiças, tais cânticos eram cantados por todos como forma de alimento ao enfrentamento das injustiças que lá se instalavam.

Eu quero, quero, quero ouvir a voz do povo
Ouvi um grito, mas não sei de quem foi
Grita sem medo, grita, grita minha gente
Quem morre calado é sapo debaixo do pé do boi.

Eu quero, quero, quero ouvir a voz do povo
Quero ver todo povo em união
A consciência não se ganha sem esforço
Vamos abrir os olhos pra enxergar a situação.

Outra forma de resistência que teve grande destaque na Praia de Redonda foi o grupo de teatro de rua Flor do Sol, que através da voz da juventude da comunidade denunciava as injustiças que surgiam e lutava contra empreendimentos turísticos e contra a pesca predatória da lagosta, assim como reivindicavam melhores condições de saúde, educação, alimentação e saneamento básico. Através da cenopoesia visava o empoderamento da comunidade, o despertar da consciência crítica, almejando a mobilização e o envolvimento em busca de superação das dificuldades, é o que se percebe nos versos declamados pelo Flor do Sol:

Elogio do Aprendizado (Bertolt Brecht).

Aprenda o mais simples!
Para aqueles
Cuja hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC; não basta, mas
Aprenda! Não desanime!
Comece! É preciso saber tudo!
Você tem que assumir o comando!

Aprenda, homem no asilo!
Aprenda, homem na prisão!
Aprenda, mulher na cozinha!
Aprenda, ancião!
Você tem que assumir o comando!
Frequente a escola, você que não tem casa!
Adquira conhecimento, você que sente frio!
Você que tem fome, agarre o livro:é uma arma.
Você tem que assumir o comando.

Não se envergonhe de perguntar, camarada!
Não se deixe convencer
Veja com seus olhos!
O que não sabe por conta própria
Não sabe.
Verifique a conta
É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada ítem
Pergunte: O que é isso?
Você tem que assumir o comando.

O movimento de maior repercussão e envolvimento da comunidade foi (e ainda está sendo) a luta dos pescadores artesanais, e de toda a comunidade, contra a pesca predatória, fato que vem colocando em risco o modo de vida e a sobrevivência do povo de Redonda que conta como principal fonte de renda a pesca artesanal. A luta se dá, acima de tudo, pela permanência da pesca artesanal, pelo meio ambiente e recurso pesqueiro, a lagosta, e consequentemente pela saúde da população.

A ausência de fiscalização por parte do IBAMA, que justifica sua ausência devido à falta de infraestrutura física e do número de pessoal insuficiente para cobrir todo litoral, fez com que os próprios pescadores de Redonda "fiscalizassem" eles mesmos, dessa forma o conflito tomou maiores proporções gerando várias mortes, de ambas as partes, ao longo dos anos. Esse fato é retratado um cordel de autoria de um morador de Redonda chamado Chico de Marina, posteriormente foi publicado com apoio do prêmio BNB de cultura, tendo como organizadora uma professora da escola da comunidade, Mari Cecília Silveste. Segue trecho sobre a repercussão da atividade dos mergulhadores compressoristas/escafandristas, que realizam a pesca predatória:

Com esse arraso na pesca
A lagosta foi acabando,
De manzuá, rede, tudo
O escafandrista roubando,
Foi dando fome na terra
E o povo foi revoltando.

Pescador ia pro mar,
À tarde nada trazia,
Os escafandristas roubavam
Toda sua pescaria,
E as mulheres perguntavam ao homem:
- O que come nossa família?

Diante dessa situação e perante a falta de ação dos órgãos competentes, os próprios pescadores decidiram fazer a fiscalização, é o que relata os versos:

Mandavam abaixo-assinado para a capitania.
Davam tudo quanto era parta em todas as delegacias,
Mas ninguém os escutava
Por eles nada faziam.

Zé de Mero, Pinto e Forró,
Fizeram uma reunião:
- Vamos tomar providência dessa situação
Pegando todo esse povo
Pra uma revolução

Na reunião disseram:
- Temos que se ajuntar,
Vamos pegar nossas armas
E se preparar pra lutar,
Qualquer hora começamos
Uma guerra lá no mar!

Dessa forma a comunidade passou a ser conhecida por todo o município. Alguns diziam que esse reconhecimento se deu por causa da “união dos Redondeiros”, outros diziam ser por causa da “valentia da comunidade”. Outrossim, seja pela valentia ou pela união, ou por ambas, a Redonda destacou-se das demais comunidades do município de Icapuí-Ce por ter em sua construção e organização social esse caráter reivindicatório presente nas suas decisões do cotidiano e na formação estrutural do seu ambiente comunitários e de trabalho.

O conflito enfrentado pelos pescadores artesanais da comunidade de Redonda é encontrado no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil:

Figura 07 – Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: atividades pesqueiras e carcinicultura (Icapuí, Ceará-Brasil).

Fonte:https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/

3.2 População, Povos e Comunidades Tradicionais.

A popularização do termo povos e comunidades tradicionais (PCT) se deu a partir do momento que esses povos se mobilizaram através de movimentos organizados de luta contra a invisibilidade, onde eram silenciados por pressões econômicas, fundiárias, que ocasionam processos discriminatórios resultando em impactos diretos ou indiretos sobre tais comunidades. Na América Latina e no Brasil, esses movimentos suscitou uma diversidade de "novas vozes" que ganharam força na forma de movimentos sociais denominados ou autodenominados populações tradicionais e mais recentemente povos e comunidades tradicionais os quais reivindicavam e reivindicam direitos sucumbidos, principalmente, por grandes empreendimentos econômicos (CRUZ, 2012).

O termo povos e comunidades tradicionais intensificou-se no campo ambiental, principalmente nas questões sobre a preservação e conservação ambiental, assim o referido

termo passou a designar uma diversidade de cultura e modos de vida de um conjunto de grupos sociais ligados, principalmente, a questão ambiental, que lutam por direitos sociais, pelo reconhecimento das diferenças culturais, pelo reconhecimento dos seus territórios e territorialidades, pelos recursos naturais, entre outros (CRUZ, 2012; THUM, 2017).

O debate sobre Áreas de Preservação (APs) e Unidades de Conservação (UCs) foi um importante momento para o fortalecimento da visibilidade política desses grupos, pois a criação de parques, reservas, áreas e unidades de conservação/preservação previa a expulsão dos povos que sempre viveram nessas terras, ameaçando o acesso aos espaços e recursos de uso comum.

Com essas ameaças, os PCT mobilizaram-se para reivindicar seus direitos, o que aumentou a popularização do termo povos e comunidades tradicionais e a visibilidade política desses grupos (DIEGUES, 2001). Um dos frutos dessas mobilizações foi a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que introduziu possibilidades de unidades de conservação com a presença humana. Tão importante foi a visibilidade que foram criadas leis, a nível nacional, reconhecendo a existência desses povos visando garantir e respeitar os direitos dos mesmos (CALEGARE, HIGUCHI, BRUNO, 2014), como o decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o qual classifica Povos e Comunidades Tradicionais como:

> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § Iº).

Aqui vale ressaltar o sentido semântico relativo a palavra tradição/tradicional, advindo dos povos e comunidades tradicionais que abrange um sentido social e político-organizativo de grande importância nas lutas por eles enfrentadas, e que apresenta-se totalmente diferente da conotação empregada pelo capitalismo que apresenta o tradicional como antigo, atrasado, ultrapassado e que precisa de mudança para alcançar modernização por ele imposta (CRUZ, 2012). Corroborando neste sentido, Thum (2017), relata que:

> O chamado "tradicional", antes de aparecer como referência histórica do passado, aparece como reivindicação contemporânea em forma de autodefinição coletiva. Antes de serem interpretadas como "povos ou comunidades tradicionais" aparecem hoje envolvidos num processo de construção do próprio "tradicional" a partir de mobilizações e conflitos. Deste ponto de vista, além de ser do tempo presente, o "tradicional" é, portanto, social e politicamente construído a partir de uma classificação empírica fruto da existência localizada desses novos movimentos sociais (THUM *apud* ALMEIDA, 2004.

No intuito de tentar entender/compreender povos e comunidades tradicionais é preciso evocar, no mínimo, três categorias que estão intimamente relacionadas com o território tradicional, quais sejam: a econômica, a social e a cultural.

No que diz respeito a economia, povos e comunidades tradicionais mantem relação específica com o território e o meio ambiente dos quais extraem os produtos que constituem sua economia, onde o lucro não é a base de tudo e o trabalho é uma forma de relação com a natureza, o que diferencia-os do modo de produção capitalista que objetiva sempre o lucro em detrimento da natureza, onde não só a força de trabalho como a própria natureza se tornam produtos comercializáveis (DIEGUES, 2000).

De acordo com Diegues (2000), apoiando-se uma perspectiva Marxista, os povos e comunidades tradicionais associam-se ao modo de produção pré-capitalista, onde o trabalho ainda não se tornou uma mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total, assim sendo, povos e comunidades tradicionais tem a preocupação primeira de subsistência e, depois, a monetária, reconhecendo a importância de não esgotar os recursos naturais, já o modo de produção capitalista preocupa-se somente com a questão monetária.

A pesca artesanal como atividade econômica, tem grande importância no provimento das famílias que dela dependem para sobrevivência, constituindo a principal fonte de renda dessa população, apesar de existir, em alguns locais, o regime de pluriatividade[2].

O trabalhado é realizado em regime de economia familiar, comunitário, coletivo ou individual, sendo todas as formas autônomas, onde eles mesmos são os donos do meio de produção e da própria produção, ou seja, não existe um contrato, salário, ou emprego propriamente dito (RIOS, 2009), porém como não possuem condições para armazenar e vender os produtos, acabam caindo nas mãos dos atravessadores que compram os produtos da pesca a preços muito baixos e revenderem obtendo grande lucros, marcando assim uma relação de exploração (MOREIRA JUNIOR, 2010).

Quanto a perspectiva social, os povos e comunidades tradicionais encontram-se envolvidos numa realidade complexa permeada por relações sociais bastante peculiares, onde possuem linguagem característica própria que funciona como meio de afirmação cultural. Quanto aos pescadores artesanais, destaca-se a associação em colônias de pescadores assim como associações locais de pesca ou associações de moradores. Geralmente encontram-se

[2] Refere-se a situações em que realiza-se outras formas de atividade produtiva, como a pesca, a agricultura de subsistência, o artesanato, entre outros, comum entre os povos e comunidades tradicionais.

envolvidos em conflitos com grandes projetos econômicos industriais - energia eólica, carcinicultura, turismo, especulação imobiliária

Diante desses conflitos a pesca artesanal se apresenta como forma de luta e resistência ao modo de produção capitalista, buscando manter seus territórios e modos de vida, o que não é fácil perante esses grandes investimentos que encontram facilidades para desenvolver seus projetos com apoio do Estado.

Numa terceira perspectiva, a cultural, os povos e comunidades tradicionais destacam-se pela diversidade cultural, onde, historicamente, reproduzem seu modo de vida particular e conferem sua identidade enquanto atores sociais, assim sendo, trataremos de cultura como 'modos de vida que caracterizam uma coletividade', e aqui especificamente, modos de vida dos povos do mar.

Diante da perspectiva de cultura enquanto modos de vidas que caracterizam uma coletividade, Botelho (2001), nos diz que:

> (...) a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (...) aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc. Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando (BOTELHO, 2001. P. 74).

Os pescadores artesanais ou povos do mar preservam e buscam manter viva a cultura e os costumes passados de pais para filhos, de geração em geração, onde destaca-se o sentimento de pertença ao lugar onde moram, ressaltando os laços com o território e suas territorialidades, reconhecendo a importância dos bens comuns, entre eles a cultura "nascida da simbiose natureza-comunidade" para que os comuns continuem sendo uma realidade.

Nos territórios da pesca artesanal destaca-se o culto a santos protetores dos pescadores como Nossa Senhora dos Navegantes, São Pedro, Iemanjá, entre outros, além de outras expressões culturais que variam dependendo da região do país, como o pastoril, a dança do coco, papangus entre outros.

3.3 Pesca para que(m)?: políticas, ações e movimentos de pesca no Brasil.

Apesar da pesca artesanal constitui-se como uma atividade muito antiga, os pescadores artesanais somente obtiveram regulamentação legal com benefícios especiais previdenciários ou trabalhistas em 2003 com a Lei nº 10.779, pois até então a principal lei em vigor, o Código de Pesca de 1967, não faz referência a esta modalidade de pesca, apenas cita três categorias de pesca: a pesca profissional, a pesca amadora e a pesca cientifica. O pescador artesanal poderia ser inserido na modalidade profissional, porém o texto legislativo não especifica (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

No preambulo do Código de Pesca de 1967 encontra-se : "dispões sobre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências", o que supõe que o referido código-lei irá abordar todos os tipos de pesca, porém percebe-se que o mesmo volta-se exclusivamente para a regulamentação da pesca industrial, com atenção especial às formas de financiamento deste tipo de pesca, facilitando assim sua expansão e fortalecendo as industrias pesqueiras, esquecendo-se da pesca artesanal exercida há muito tempo nas águas do Brasil.

Segundo Marrul Filho (2003), até meados da década de 1960 não verificou-se sobrepesca, o que atribui-se a ausência da interferência do Estado. Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), por meio da Lei Delegada nº 10, de 1962, o Estado facilitou o desenvolvimento das industrias pesqueiras e a partir desse momento começou a surgir vários problemas relacionados a sobrepesca e a interferência na vida dos pescadores artesanais, intensificando ainda mais com o surgimento do Código de Pesca de 1967 que ao longo de 42 anos, foi o principal diploma legal a regular a atividade pesqueira.

> A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), por meio da Lei Delegada nº 10, de 1962, modificou radicalmente aquele cenário. Ao longo de sua existência, que se estendeu até 1989, essa autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura promoveu a industrialização do setor pesqueiro por meio de incentivos fiscais. Promoveu também sua modernização tecnológica sem alterar as relações de produção e direcionou o esforço de pesca – de forma insustentável – à captura de espécies de larga aceitação no mercado internacional (MARRUL FILHO, 2003, p. 34-36).

O Código de Pesca de 1967 reflete um retrato da época em que foi consolidado, ou seja, o período industrial onde o Brasil passava por enormes transformações em busca da industrialização e investia-se fortemente nas empresas e indústrias visando a modernização dos modos de produção, principalmente os agrícolas, entre eles a pesca, e assim alcançar o

desenvolvimento. Sendo regulamentado em meio a esse período, o Código de Pesca de 1967 tornou-se um retrato da época visando a concessão de estímulos ao desenvolvimento da pesca industrial, cabendo a pesca artesanal ao esquecimento (OLIVEIRA, SILVA 2012).

Em 2003, através da politica assistencialista adotada pelo governo do Partido dos Trabalhadores, governo Lula, institui-se a lei nº 10.779 que concede o seguro defeso ao pescador que se constitui em um benefício que possibilita o recebimento do valo de um salário mínimo durante o período de reprodução das espécies através de cadastramento prévio que deve comprovar a prática da pesca responsável, realizada em regime de economia individual ou familiar (RODRIGUES, 2013).

No ano de 2009 aprova-se duas leis: Lei nº 11.958, que altera a Lei nº 10.683, de 2003, para, entre outras providências, instituir o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e a Lei nº 11.959, que se tornou o principal diploma legal a dispor sobre pesca e aquicultura no Brasil.

A institucionalização de um ministério para o setor da pesca deveria promover avanços e melhorias na pesca artesanal, porém percebe-se que a instituição não é igualitária, conforme menciona Moreno (2015):

> [...] sabe-se que a capacidade de cada setor de se articular politicamente e pressionar o governo para o atendimento de suas demandas é distinto, pois o setor industrial e empresarial da pesca e aquicultura contam com fortes entidades de representação, com escritórios em Brasília, e têm representantes na base parlamentar tanto no Congresso quanto na Câmara. Desta forma, o jogo político se estabelece a partir de condições desiguais entre os agentes na capacidade de fazer as instituições políticas operarem a seu favor (Moreno, 2015 *apud* Azevedo).

Segundo Moreno (2015), o Ministério de Pesca e Aquicultura favoreceu o desenvolvimento da aquicultura de cunho empresarial, onde as águas passaram a ser vistas como áreas abundantes para a implantação de parques aquícolas privatizando e ocultando os usos comuns tradicionais desses recursos naturais pelas comunidades locais e os pescadores tornaram-se sujeitos a serem convertidos em aquicultores e/ou assalariados do setor, tornando-se proletário das águas, constituindo assim mais um ramo do hidronegócio (MORENO, 2015).

No ano de 2015, através da Medida Provisória 696, o Ministério de Pesca e Aquicultura foi extinto e absorvido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o que configurou-se em enorme retrocesso para o setor artesanal que sofreu limitações e frustações com a atuação do MPA e com a absorvição ao MAPA os retrocessos foram piores, pois as tendências políticas do MAPA são voltadas ao agrohidronegócio.

Nas leis de pesca o alvo das políticas públicas é o produto (o peixe, a lagosta, as espécies que são comercializáveis), e não o trabalhador pescador artesanal. Não encontra-se, nas leis, uma compreensão das singularidades do pescador artesanal, do seu modo de vida, do direito aos seus territórios, das suas especificidades, pois o atual contexto neodesenvolvimentista favorece a invisibilidade e a exclusão da pesca artesanal.

Dessa forma persistem as desigualdades de ações, benefícios e políticas para o setor artesanal e as legislações continuam contribuindo e favorecendo a industrialização da pesca, assim, a regulação jurídica do setor pesqueiro no Brasil, acarretou e continua acarretando a dissolução do processo de trabalho artesanal, que foi e ainda é ignorado pela legislação pesqueira no Brasil, porém, mesmo sem apoio do governo o setor da pesca artesanal não calou-se fazendo emergir, ao longo de todos esses períodos, várias ações e movimentos na pesca artesanal.

3.3.*1 Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP):*

Um ano após a regulamentação do Código de Pesca de 1967, a Igreja Católica inicia um trabalho pastoral com pescadores nas praias de Olinda, espalhando-se mais tarde para Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1976, a Pastoral dos Pescadores foi reconhecida a nível nacional pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passando a chamar-se Comissão Pastoral dos Pescadores e mais tarde Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) configurando-se em uma pastoral social ligada a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária. Posteriormente o CPP expandiu para outros estados do Nordeste e outras regiões do país, tornando-se uma instituição com personalidade jurídica em 1988.

O CPP atua na defesa dos pescadores e pescadoras artesanais e suas comunidades, que praticamente eram invisíveis para a sociedade, buscando melhoria das condições de trabalho e de vida, fortalecendo as comunidades para se defenderem contra projetos dos grandes capitais e para influenciar políticas públicas, lutando por todos os meios necessários

para a preservação do meio ambiente, persistindo na defesa dos pescadores contra todo o autoritarismo dos governos. Como aspectos relevantes da atuação do CPP, encontra-se:

- A luta constante de resgatar a autoestima dos pescadores e pescadoras, através da valorização de pessoa humana.
- A valorização da categoria, através de esforço de tomada das organizações, a partir da ação do CPP os pescadores e pescadoras foram se informando e no processo foram assumindo as direções das organizações, que antes eram dirigidas por oficiais da marinha do Brasil.
- Pescadores e pescadoras, protagonista na defesa dos rios, mangues e lagoas, contra a poluição e a pesca predatória.
- Participação dos pescadores e pescadoras juntamente com outros trabalhadores no processo nacional de mudança da constituição brasileira, garantindo assim a autonomia das organizações dos pescadores, o reconhecimento como sindicato e a livre associação;
- A inclusão dos pescadores e pescadoras na Lei da Previdência Social, que garante os direitos previdenciários;
- O protagonismo dos pescadores e pescadoras na defesa do território pesqueiro, ex. criação de Resex e acordos de pesca.
- O acesso a recurso público para melhorar as condições de beneficiamento e comercialização, mesmo que ainda insuficiente para atender à necessidade dos pescadores.

Atualmente o CPP está organizado nas regionais: Norte (Pará/Amapá), Ceará, Bahia /Sergipe, Nordeste (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas) e Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul) e no CPP Nacional que aglutina as atuações dos CPPs regionais, contando como órgão máximo a Assembleia Geral, que se reúne ordinariamente a cada três anos e o Conselho Nacional, que se reúne três vezes por ano sendo composto pela diretoria, secretaria executiva e pelos representantes dos regionais do CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2018).

3.3.2 *Constituinte da Pesca*

A Constituinte da Pesca foi um movimento que surgiu como decorrência da IV Assembleia Nacional dos Pescadores, em 1984, resultando em grande visibilidade para a categoria dos pescadores, alavancando os processos de organização. Este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que

estava em elaboração nos anos 80, no intuito de garantir autonomia política e sindical aos pescadores, assim como, o direito à organização livre e autônoma, vetando a interferência e a intervenção do poder público, tornando as Colônias de Pescadores órgãos de classe (CARDOSO, 2005; CATTANI, 2006).

3.3.3 *Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)*

O Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), surgiu a partir da mediação do CPP em 1989, onde os pescadores passaram a reivindicar direitos previdenciários específicos, a lutar contra a expulsão das praias, pela direção de órgãos de representação (colônias, federações e confederação), contra o alto preço dos insumos e o baixo preço do pescado pago pelos intermediários, também demandavam linhas de crédito para o setor pesqueiro artesanal, lutando pela autonomia política e sindical da categoria. Sua grande conquista se deu no âmbito da liberdade organizativa e autonomia dos pescadores artesanais, equiparando-os aos sindicatos e às próprias colônias de pesca, pelo artigo 8º da Constituição, que trata sobre a livre associação profissional ou sindical (PROAÑO, CALLOU, 2013).

O MONAPE visa conseguir buscar a credibilidade dos pescadores e avançar nas conquistas das estruturas oficiais de suas representações, a exemplo das colônias de pesca e federações, fortalecendo-as e assegurando a autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho. De uma forma geral, o MONAPE busca uma dinamização e funcionamento político-administrativo para obter levantamento da realidade do setor pesqueiro e das organizações na pesca, em que as discussões e propostas são avaliadas na realização de congressos nacionais internos. Além disso, busca-se negociar com órgãos públicos e bancos oficiais o acesso de crédito aos pescadores artesanais, viabilizando alternativas econômicas com propostas de projetos às fontes de fomentos (POTIGUAR JÚNIOR, 2007).

3.3.4 *Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)*

Diante do contexto de expropriação e expulsão dos territórios pesqueiros, os pescadores e pescadoras artesanais, através do MPP, lutam pelo direito aos seus territórios, pois como se não bastasse o esgotamento dos recursos naturais, o capitalismo tenta tomar os territórios pesqueiros para obter lucros instalando grandes obras empresariais e assim destruindo o modo de vida tradicional.

Dessa forma, perante a negação do direito de permanência nos territórios tradicionais pesqueiros, o MPP lança a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios Tradicionais Pesqueiros, pois "o direito ao território é questão prioritária e necessária para a manutenção da produção e reprodução dos saberes tradicionais do pescador e da pescadora", é no território que se estabelecem as relações sociais, econômicas e culturais que caracterizam a beleza do ser e do saber tradicional dos povos do mar.

Além da luta pela regularização dos territórios pesqueiros, o MPP reivindica melhores condições de trabalho e atua contra a violação dos direitos sociais e trabalhistas enfrentando retrocessos e até mesmo perda dos direitos conquistados.

3.4 Saúde e Ambiente e Saúde do Trabalhador: campos da Saúde Coletiva.

A Saúde do Trabalhador como campo de prática e conhecimento emerge da Saúde Coletiva buscando conhecer e intervir nas relações trabalho e saúde-doença, surge num contexto de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, advindas do processo da Revolução Industrial, onde até o momento o campo vigente era o da Saúde Ocupacional, que por conter limites epistemológicos não percebe o universo do processo saúde-doença inerente nos modos de produção, privilegiando o individual e não o coletivo, onde a subjetividade do trabalhador não é o foco principal, diminuindo assim a possibilidade de apreensão das formas de adoecimento no trabalho.

Assim sendo, a Saúde do Trabalhador passa a contrapor-se aos conhecimentos e práticas da Saúde Ocupacional, originando-se a partir da vertente da determinação social do processo saúde-doença advindo da Medicina Social Latino-Americana, da Saúde Pública e da Saúde Coletiva ao preocupar-se com as repercussões dos processos produtivos sobre o sofrer, adoecer e morrer dos trabalhadores e das classes sociais inseridas nesses processos.

Segundo Lacaz (2007), "A configuração do campo Saúde do Trabalhador constitui-se por três vetores: a produção acadêmica; a programação em saúde na rede pública e; o movimento dos trabalhadores, particularmente a partir de 1980, quando seu discurso assume caráter mais propositivo junto ao Estado", constituindo-se como um campo em construção, que se propõe interdisciplinar, multiprofissional, aberto à participação inclusive do ponto de vista metodológico, relacionando-se com práticas extradiscursivas que incorporem o conhecimento dos trabalhadores, potencializem lutas pela melhoria das condições de trabalho e defesa da saúde.

As ações anteriores, Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional, não privilegiaram o trabalhador como principal ator no desenvolvimento da produção da sua saúde. A Medicina do Trabalho surgiu com o interesse primeiro de tornar viável a própria Revolução Industrial, pois os trabalhadores eram submetidos a processos desumanos por isso estavam adoecendo e morrendo em meio a precárias condições de trabalho, com cargas extenuantes, em ambientes impróprios. Centrada no modelo biomédico, buscava a unicausalidade das doenças e dos acidentes e visava a "recuperação" do operário, "adaptar o trabalhador ao trabalho", para não diminuir ou prejudicar a produção, ou seja, a Medicina do Trabalho atendia os interesses dos grandes empresários que não concebiam a possiblidade de prejudicar a produtividade (MENDES, DIAS 1991; MINAYO-GOMEZ, THEDIM-COSTA, 1997).

Devido a impotência da Medicina do Trabalho para intervir sobre os problemas de saúde causados pelos processos de produção, surge a Saúde Ocupacional visando a ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, porém persistiu a concepção restrita que estabelece um vínculo entre a doença a um agente específico, desconsiderando a determinação social do processo saúde doença, assim como, a subjetividade dos envolvidos nos processos produtivos (MENDES, DIAS, 1991; MINAYO-GOMEZ, THEDIM-COSTA, 1997).

A necessidade por compreender a relação entre o trabalho e saúde aflorava mais. Com as ideias advindas da Medicina Social Latino-Americana, sobretudo a determinação social do processo saúde-doença, abrem-se novos leques para se pensar a saúde-doença e os modos de produção, assim sendo, constitui-se a Saúde do Trabalhador com um olhar voltado para o trabalhador e os modos de produção onde estão inseridos, onde os próprios trabalhadores assumem o papel de atores, de sujeitos capazes de pensar e de se pensarem (MENDES, DIAS, 1991).

Partindo da ideia que "o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza" (Marx, 2010), é possível perceber a estreita relação entre o trabalho e a natureza (ambiente) e consequentemente o entrecruzamento dos campos da Saúde do Trabalhador e Saúde e Ambiente, relação essa muitas vezes abordada, estudada e formulada de forma distinta e separada culminando em lacunas epistemológicas, onde deveriam ser abordadas de forma conjunta caminhando *pari*

passu, pois para haver processos produtivos é necessário o ambiente, já que toda ação humana envolve a interação com o ambiente.

A ação humana sobre o ambiente ocasionou o que muitos autores denominam de crise ambiental, civilizatória ou planetária que se dá através das formas de apropriação da natureza que decorrem de interesses (do sistema econômico insustentável que é o capitalismo) das classes de grupos sociais exploradores e da colonialidade presente no Sul global. Essas ações resultam em impactos gerados pelos processos de produção e consumo, ocasionando problemas ambientais que incidem na saúde humana que podem se manifestar sob forma de eventos agudos ou crônicos, problemas advindos da histórica subordinação da América Latina em exportar a natureza aos países do Norte, sem considerar seus impactos sobre a população e suas consequências ambientais, assim como, do intenso processo de industrialização, urbanização e modernização, que passaram a acometer as condições de vida e trabalho das populações (SVAMPA, 2016).

Tal situação reflete a realidade dos conflitos entre os pescadores artesanais e os pescadores que realizam a pesca predatória que disputam o território e o recurso pesqueiro, ocasionam problemas de saúde, relacionados a Saúde do Trabalhador e a Saúde e Ambiente, suscitando novas demandas para Saúde Coletiva, pois "a pesca predatória envolve não só a questão da depredação do crustáceo, da violência dos embates que matam e deixam sequelas, mas também chama a atenção para um caso de saúde pública, que envolve não só o pescador, mas também todo o município, pois repercute em suas famílias e no sistema público, de forma ampla" (RODRIGUES, 2013).

Diante do avanço e surgimento de conflitos territoriais, ambientais que colocam povos e comunidades tradicionais, como principais e maiores prejudicados recaindo sobre si os maiores danos da injustiça ambiental, a Saúde Coletiva é tensionada a ampliar suas bases aumentando seu escopo para abraçar toda essa questão que também diz respeito a Saúde do Trabalhador e a Saúde e Ambiente, apontando questões para a reflexão dos seus fundamentos teóricos-metodológicos e suas práticas, percorrendo novos caminhos como o reconhecimento do valor, da amplitude e da relevância dos saberes e fazeres das populações atingidas, dos povos e comunidades tradicionais (PORTO, ROCHA, FINAMORE, 2014).

As contribuições da ecologia política, dos estudos descoloniais, da ecologia de saberes, entre outros, vem fortificando as bases teóricas-metodológicas da Saúde Coletiva diante dessa crise planetária, apontando para a necessidade de construção de conhecimento compartilhada com os povos atingidos, que se constitui como outra forma de trabalhar e

valorizar o saber e o fazer local dos povos envolvidos nos conflitos, rompendo com a noção de que é preciso levar conhecimento a esses povos, que esses povos são desprovidos de conhecimentos e que o único, válido e mais importante é o conhecimento científico. Muitos anos passaram-se reproduzindo esse epistemicídio (PORTO, FINAMORE, 2012).

4 METODOLOGIA

4.1 Abordagem e tipo do estudo.

O presente estudo possui natureza qualitativa, uma vez que o tema central trata-se de uma realidade que não pode ser mensurada nem quantificada, pois a mesma permite as interpretações dos significados e impressões dos sujeitos sobre o objeto de estudo, entendendo que estas, por sua vez, são imprevisíveis quanto ao seu resultado e direcionamento por tratar-se de "um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 1994; MINAYO, 2010).

Esta abordagem de pesquisa propicia a compreensão, descrição e análise da realidade por meio da dinâmica das relações sociais, permitindo compreender o ser humano em sua complexidade e profundidade, favorecendo uma aproximação entre pesquisador e os respectivos participantes, através da imersão do pesquisador no campo de estudo, onde precisa lidar com a intersubjetividade, as vivências, as experiências e relações sociais dos mesmos, além de seguir um rigor metodológico.

4.1.1 *A abordagem qualitativa e a pesquisa nativa de inspiração etnográfica.*

Compreendendo o enfoque da pesquisa qualitativa como abordagem que trata qualitativo como qualidade na interface com a subjetividade, possuindo a linguagem e suas várias formas de expressão como material empírico, onde as respostas não podem ser traduzidas em números (BOSI 2012; BOSI, 2014) é imperioso afirmar que essa abordagem possui multiformas de entender o objeto analisado, principalmente, quando o olhar lançado sobre o "novo" revela as significações de quem também é parte desse processo, ao passo que consegue compilar as interpretações da pesquisa onde sujeito investigador e sujeito investigado (DEMO, 1981) fazem parte do mesmo cenário.

As multiplas pertenças ao território, favorece a subjetividade do nativo-etnógrafo, visto que esta dupla inserção, transcende o interesse científico onde “há um sentimento de pertença que resulta dos afetos e demais formas de sociabilidade desenvolvidas e do conhecimento quase intuitivo das práticas e rotinas” (CONCEIÇÃO, 2016, p.42). A partir desse cenário, a inspiração da etnografia e da pesquisa nativa fez-se presente e necessária ao caminhar da pesquisa.

A dimensão subjetiva intrínseca à pesquisa qualitativa, como “o espaço das vivências, das emoções, do sentimento, os quais não cabem quantificar, uma vez que expressam singularidades” (UCHIMURA; BOSI, 2002, p.1565), favorece e amplia o escopo da compreensão da realidade investigada pelo pesquisador nativo, uma vez que este detém aproximação prévia do espaço de estudo. Dessa forma a pesquisa nativa de inspiração etnográfica favorece a aproximação do pesquisador com os participantes da pesquisa, pois parte da realidade é familiar ao pesquisador, mas que em determinado momento será preciso manter certo estranhamento, onde “o esforço intelectual do pesquisador envolve um estranhamento daquilo que é lhe familiar” (OLIVEIRA, 2018).

Ante o exposto, me vejo assim, como um sujeito da pesquisa a qual sempre experimentou as delicia e agruras desse lugar, Praia de Redonda, *locus* da pesquisa, mas que ao mesmo tempo foi necessário me mostrar estranha para com meu objeto de pesquisa, a fim de captar as melhores condições para que, camada após camada, pudessem emergir novos sentimentos, rupturas, preenchimento das lacunas ainda em branco, ou mesmo novo olhares e significados para aquilo que desde que nasci, ouvi e senti na pele, assim como a água do mar e a areia da praia que sempre me foram tão familiares. Por conseguinte, como nativa desse território tenho oportunidade de vivenciar o cotidiano da comunidade e assim também me faço participante do cenário de estudo, embora a presente pesquisa tenha recorte sobre os pescadores e suas vivencias, sobretudo, quanto aos embates violentos com a pesca predatória os quais alguns não presenciei devido à data dos fatos descritos no estudo antecederem a data do meu nascimento.

Em face disso, ouvir e conhecer essas tensões existentes na minha comunidade me instigou a alguns questionamentos tais como: Quais as vantagens e facilidades em ser pesquisadora e ao mesmo tempo parte do objeto de investigação? Que tipos de distanciamento ou cuidados seriam necessários no transcorrer da pesquisa?

Como pesquisadora e sujeito pertencente a esse lugar se tornou imprescindível o cuidado quanto às intervenções durante os encontros do grupo focal, o cuidado em não me apressar quanto ao momento de incluir novos temas nos diálogos, buscando promover total liberdade para os participantes se expressarem, evitando o mínimo possível as intervenções ao longo dos encontros. Por fazer parte do cotidiano da comunidade, muitas vezes, durante as falas dos pescadores nos encontros do grupo focal, era recorrente a expressão dos participantes ao se dirigirem a mim: "*tu sabe como é, né?"* e outras vezes falavam de determinado fato resumidamente e então era preciso pedir para que eles falassem claramente, contando os detalhes de tal fato, a fim de estabelecer e coletar ao máximo as falas feitas por eles de modo que não houvesse o comprometimento da pesquisa.

Destarte, apesar da familiaridade com o tema de estudo, foi preciso manter certo estranhamento para captar as experiências, as vivências, os significados e sentimentos fidedignos de cada participante da pesquisa, onde de acordo com BOURDIEU (2005), consistiu em pesquisar "um mundo social que conheço sem conhecer".

Em contrapartida, o fato de ser nativa favoreceu a construção do grupo focal, como já conhecia o grupo de homens da Unidade Básica de Saúde de Redonda, não foi preciso procurar alguém da comunidade para ajudar quanto ao contato inicial, assim não houve dificuldades em formar e dar prosseguimento ao grupo. Outro fator que considero muito relevante e se constituiu como uma enorme vantagem foi o fato de entender a linguagem dos pescadores, saber o significado de quase todas as palavras por eles expressadas, bem como as situações referentes ao seu dia a dia e o trabalho no mar.

A condição de nativa promoveu certa segurança quanto ao assunto dos embates violentos, pois foi perceptível a segurança e confiança em mim depositadas pelos pescadores, ao ponto que se sentiam a vontade para relatar esse momento sem receio de julgamento ou falta de entendimento, de modo que o diálogo fluía livremente com riquezas de detalhes. Assim sendo, acredito que esse ambiente, dificilmente, existiria no relato deles para uma pessoa "de fora" da comunidade. Em algumas pesquisas realizadas na comunidade os autores relatam esse fato de serem vistos pelos pescadores como "pessoas de fora" como nos trabalhos de Brasil, 2013 e Rodrigues, 2013.

O fato de a pesquisadora ser nativa facilitou à aproximação da diversidade simbólica (MINAYO, 2006) inerente a existência social dos pescadores, assim como proporcionou a pesquisadora enxergar fatos que somente como nativa não seria possível visualizar.

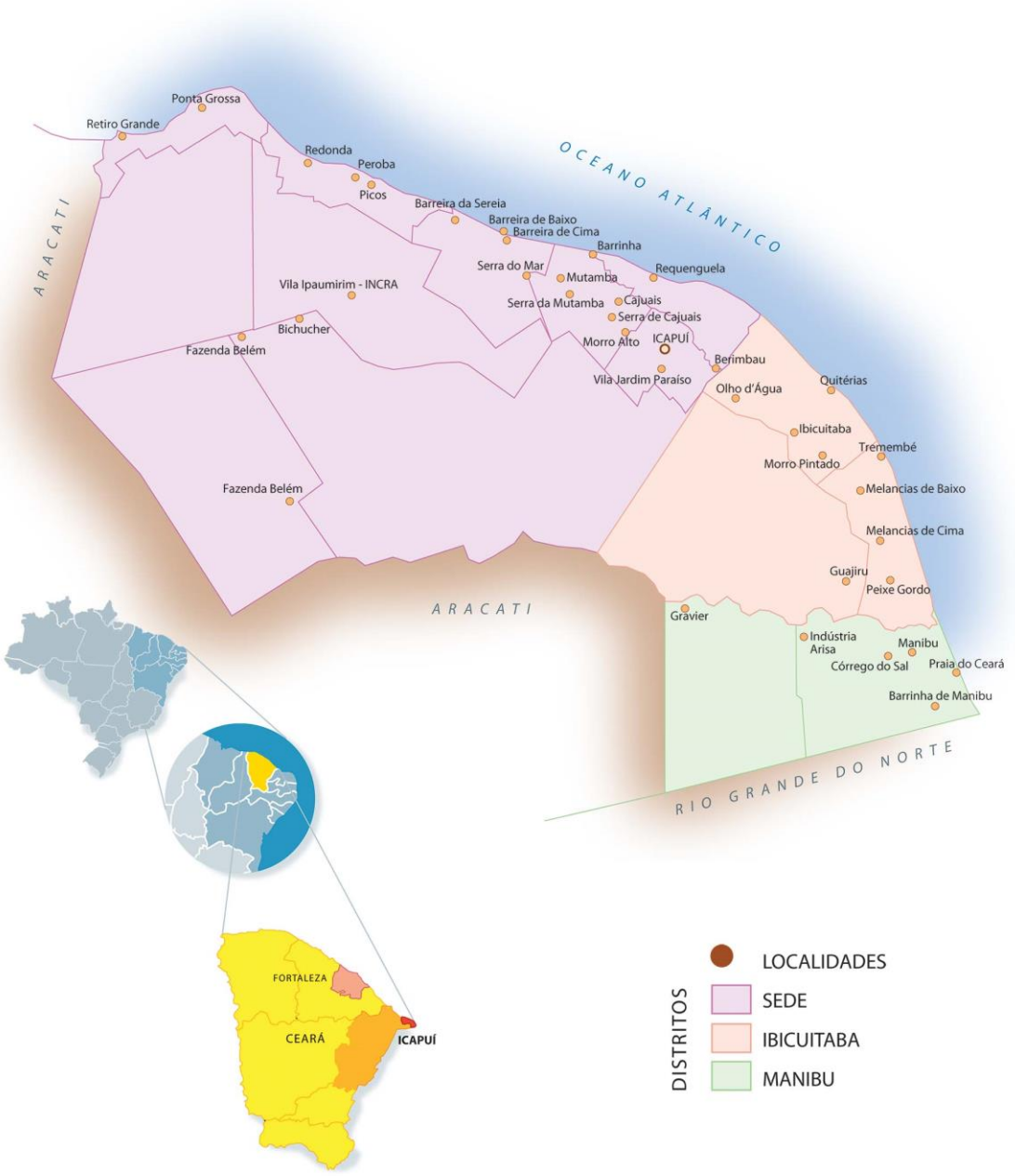
Dessa forma, à luz da etnografia e da pesquisa nativa, foi possível apreender os significados, a identidade, as especificidades das relações cotidianas presentes na vida dos pescadores, sobretudo, das suas cosmovisões sobre a saúde, o trabalho e o ambiente inerentes ao contexto do processo produtivo da pesca da lagosta, onde fatos cotidianos, por mim antes considerados sutis, tornaram-se ricos de significados.

4.2 Local do Estudo

O município de Icapuí está localizado no extremo leste do litoral cearense, a uma distância de 200 quilômetros de Fortaleza, faz limite ao norte com o Oceano Atlântico, ao sudoeste com o estado do Rio Grande do Norte e, no Ceará, leste e sul, com o município de Aracati, de onde foi desmembrado em 15 de janeiro de 1985, sendo composto por três distritos: Icapuí (sede), Ibicuitaba e Manibu (SANTOS, 2014).

As localidades que compõem o município são: em Icapuí (sede) - Berimbau, Icapuí Sede, Praia de Requenguela, Cajuais, Serra de Cajuais, Mutamba, Serra da Mutamba, Praia de Barreiras de Baixo, Barreiras de Cima, Barrinha, Picos, Peroba, Redonda, Vila União, Vila Nova, Ipaumirim (Incra), Belém, Copan, Serra do Mar, Ponta Grossa e Retiro Grande; em Ibicuitaba - Olho D'Água, Olho D'Água da Serra, Vila de Ibicuitaba, Praia de Quitérias, Morro Pintado, Praia de Tremembé, Melancias de Cima, Melancias de Baixo, Praia de Melancias, Peixe Gordo, Praia de Peixe Gordo e Gravier; em Manibu – Manibu Vila, Barrinha de Manibu, Praia de Manibu, Arisa e Córrego do Sal (MEIRELES; SANTOS, 2012).

Figura 08 - Localização geográfica de Icapuí



Fonte: Meireles, Souza, Lima, 2016.

Icapuí conta com uma população estimada (2017) de 19.685 habitantes (IBGE, 2018) e densidade demográfica de 43,43 hab/Km² (IBGE, 2018), vivendo em comunidades que se distribuem ao longo da costa marítima, entre as falésias, dunas e mangues que compõem sua paisagem litorânea. Incluída nesta paisagem encontra-se a comunidade de Redonda, a qual está, aproximadamente, 28Km afastada da sede da cidade Icapuí, onde a pesca da lagosta é a principal atividade exercida e destacando-se por possuir a maior frota de

barcos à vela do município e pela prática responsável da pesca de lagosta pelos nativos que utilizam somente armadilhas (cangalhas/manzuás) para a captura do crustáceo, respeitando a época de defeso (ALMEIDA, 2010). Segundo Rodrigues 2013, o município de Icapuí apresenta uma singularidade quanto a vocação natural para a proliferação de lagostas, pois em sua plataforma continental existe um substrato bioclástico, formado principalmente por algas calcárias, conchas de moluscos, ostracodes, briozoários e foraminíferos, elementos que constituem habitat propício à lagosta, favorecendo seu desenvolvimento e reprodução.

De acordo com Almeida (2010), plataforma continental em frente à praia da Redonda possui um grande banco de algas calcárias, substrato que compõe o habitat preferencial da lagosta, o que proporcionou a expansão da pesca da lagosta nesta comunidade, onde desde 1960 esta comunidade, vive quase exclusivamente da pesca da lagosta detendo o segundo maior número de embarcações à vela destinada a esta modalidade de pesca no Estado do Ceará.

Figura 09 - Vista geral da praia de Redonda, município de Icapuí-CE.

Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Icapuí se insere na macrorregião de Fortaleza, na 7ª microrregião, com sede em Aracati, tal como Fortim e Itaiçaba. Atualmente, apresenta cobertura de Atenção Básica de 100%, contando com 07 (sete) Equipes de Saúde da Família implantadas e 01 (uma) em processo de elaboração de projeto para solicitação de credenciamento e 04 (quatro) Equipes de Saúde Bucal. As equipes são compostas por médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares de

consultório dentário, auxiliares de enfermagem e 40 (quarenta) agentes comunitários de saúde (ACS) que se distribuem ao longo das sete áreas.

A Praia de Redonda conta com uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) completa, no que se refere aos profissionais, cumprindo com os atendimentos dos programas preconizados pelo Ministério da Saúde (MS), além dos dias de demanda livre. É a segunda maior unidade no que se refere ao número de famílias (aproximadamente 910 famílias), e atende as comunidades de Ponta Grossa, Retiro Grande, Picos e Peroba. A equipe conhece toda a área de abrangência e também reconhece as lacunas que muitas vezes o serviço deixa em decorrência da grande área de abrangência, assim como a necessidade de ofertar serviços diretamente para a população dos pescadores artesanais, como forma de promover maior cuidado à saúde dos mesmos.

4.3 Técnicas e instrumentos de pesquisa

Para coleta de dados foram utilizadas as técnicas de Grupo Focal e Entrevistas Semiestruturadas, detalhadas a seguir:

a) Grupo Focal

A utilização do grupo focal como técnica de coleta de dados na área da saúde surge consistentemente a partir da segunda metade dos anos 80, ocupando também um lugar fundamental em investigações qualitativas no campo social, cultural, psicológico, organizacional, educacional e da avaliação, até então pouquíssimos estudos eram publicados em Saúde Pública que utilizavam a técnica de grupo focal, havendo boa expressão da utilização da técnica no período 1990-1994, onde pesquisadores triplicaram os números de pesquisa cuja principal técnica de coleta de dados era o grupo focal (TRAD, 2009; BACKES et al, 2011; MINAYO, 2009).

O grupo focal, com técnica de coleta de dados, configura-se em entrevista grupal, na qual a interação torna-se parte essencial do método. É aplicado quando se tem o objetivo de coletar informações sobre um determinado tema específico por meio do diálogo e da discussão participativa entre os participantes, reunidos em um mesmo local e durante certo período de tempo (BACKES et al, 2011; DALL'AGNOL et al, 2012).

A interação entre os participantes e o pesquisador origina discussões, focadas em tópicos específicos, que favorecem a troca de experiências, conceitos e opiniões entre os participantes, contribuindo para a solução de problemas e transformação de realidades,

potencializando o protagonismo dos participantes na medida em que dialogam e constroem coletivamente os resultados da pesquisa (MINAYO, 2009; DALL'AGNOL et al, 2012).

No grupo focal, a interação grupal "permite desenvolver um processo que visa a compreensão das experiências dos participantes do grupo, a partir do próprio ponto de vista deles, indo além da apreensão "do que" eles pensam mas também "do porque" eles pensam de determinada forma, aspecto que recai na expressão de consensos e dissensos entre os participantes" (DALL'AGNOL et al, 2012).

Ainda sobre a interação no grupo focal, Gatti (2005), relata que o contexto da interação provoca uma ampla problematização sobre um tema específico, fazendo suscitar uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, permitindo assim, a capacitação de significados que com outros meios seria difícil de se manifestar. Ademais, a referida autora relata que:

> O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se numa técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos e valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham de alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (GATTI, 2005, p.11).

O fato de os participantes poderem debater, discutir e problematizar sobre determinado tema da sua realidade, usando sua própria linguagem, em seu próprio vocabulário, formulando perguntas e buscando coletivamente suas respostas, torna o grupo focal uma técnica privilegiada ao possibilitar o alcance de um nível reflexivo que outras técnicas convencionais de coleta de dados não conseguem alcançar (BACKES et al, 2011).

O contato inicial com o grupo se deu no final do mês de novembro de 2018, onde a pesquisadora se apresentou ao grupo expondo a temática da pesquisa e fazendo o convite para os que desejarem participar, o referido encontrou aconteceu na Unidade de Saúde da praia de Redonda durante um encontro do grupo de promoção e prevenção à saúde dos pescadores, realizado pelos profissionais da Equipe de Saúde da Família. Após a apresentação do tema e dos objetivos da pesquisa seguiu-se com a leitura e assinatura do termo de compromisso livre e esclarecido, onde os pescadores que desejaram participar e que se enquadravam nos critérios de inclusão assinaram o referido termo.

Foi dado continuidade a partir do mês de março e abril de 2019, pois os meses anteriores não foi possível por causa das mudanças de gerentes da unidade de saúde, foram

três mudanças nesse período de tempo (dezembro 2018, janeiro, fevereiro 2019), devido essas mudanças de profissionais da unidade de saúde optou-se por realizar os encontros na Associação dos Moradores de Redonda. Foram realizados três encontros os quais tiveram duração média de uma hora e meia.

No mês de março ocorreu o primeiro encontro do grupo focal onde participaram 11 pescadores, que objetivou um resgate da vida da comunidade anterior a pesca comercial da lagosta e elencar os principais e atuais problemas relacionados a pesca da lagosta.

O segundo encontro contou com a participação de 09 pescadores, onde foi discutida a temática a saúde, tentando identificar como se dá o processo saúde-doença na comunidade, a influência que o conflito na pesca gera e interfere ou provoca mudanças na saúde dos pescadores e da comunidade.

O terceiro encontro contou com 12 pescadores e se ateve a discutir as temáticas trabalho e ambiente, com vista a elucidar as principais mudanças no trabalho e no meio ambiente decorrentes do conflito com a pesca predatória. Nesse encontro, também foram discutidas as alternativas para o conflito na cosmovisão do pescador artesanal.

A composição do grupo contou ao todo com 12 participantes, os mesmos participaram de cada um dos encontros, porém no primeiro encontro estavam presentes apenas 11 pescadores e no segundo encontro participaram somente 09 pescadores.

O grupo focal configurou-se em conversas espontâneas entre pesquisadora e participantes, apesar de existir um roteiro direcionador, com o intuito de orientar e estimular a discussão dos temas de cada encontro isso não se configurou em um instrumento engessado.

Todas as falas dos encontros foram gravadas em aparelho digital e transcritas na íntegra para garantir dados fidedignos para análises e sistematizações. Devido ao fato dos pescadores utilizarem linguagem própria com algumas palavras que não são conhecidas pela população em geral e pelo fato de neste trabalho estas palavras terem sido transcritas na íntegra, da forma como eles falam, (o que pode aparecer como erro gramatical ou de escrita), decidiu-se elaborar um dicionário com as palavras e expressões usadas pelos pescadores que aparecem no texto. O dicionário encontra-se no apêndice D.

b) Entrevistas

A entrevista é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo, consistindo em uma conversa com finalidade entre dois ou entre vários interlocutores. Tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa. A entrevista semiestruturada é aquela que combina perguntas fechadas e abertas, em que o pesquisador tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se perder a indagação formulada (MINAYO, 2009).

De acordo com Gomes et al, (2016) a entrevista configura-se em um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados, com o objetivo de ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social, culminando em um importante instrumento de trabalho em vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como o da sociologia, antropologia, psicologia social, política, serviço social, jornalismo, relações públicas, pesquisa de mercado e outras (GOMES et al, 2016).

No intuito de ampliar a compreensão sobre o atual contexto da pesca da lagosta, as dificuldades e a atual crise, buscou-se captar a percepção das lideranças que estão diretamente ligadas ao trabalho da pesca na comunidade. Dessa forma, utilizou-se um instrumento semiestruturado com as referidas lideranças. As entrevistas foram gravadas em aparelho digital com o consentimento do participante e posteriormente transcritas na íntegra para garantir dados fidedignos para análise.

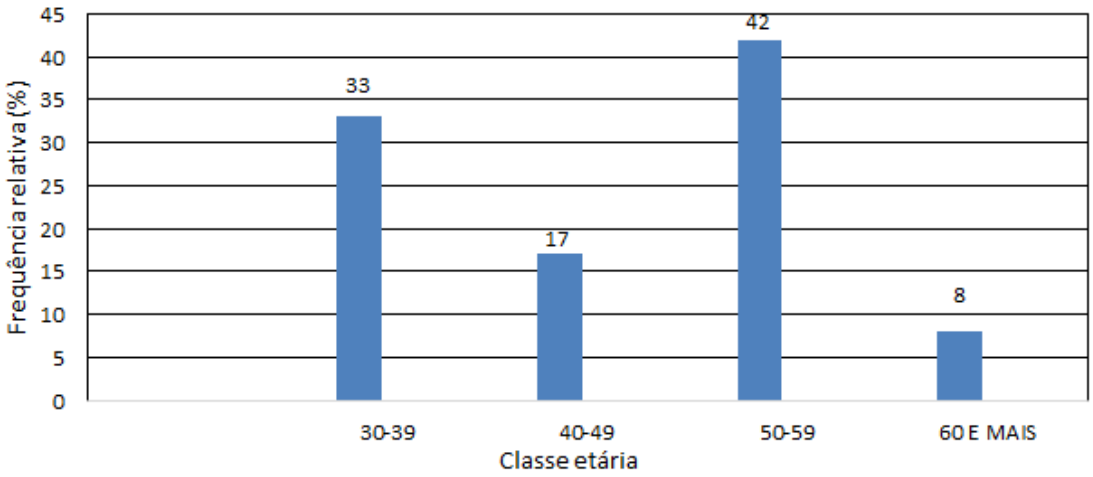
4.4 Perfil dos Participantes

Os sujeitos do estudo foram os pescadores artesanais da comunidade de Redonda que exercem a pesca da lagosta utilizando como apetrecho de pesca o manzuá, pois este constitui o único instrumento de pesca legal para captura da lagosta. Também participaram do estudo os líderes da comunidade que estão envolvidos diretamente na atividade da pesca. Os pescadores formaram o grupo focal e os líderes participaram através de entrevistas individuais.

A composição do grupo focal contou com 12 pescadores e as entrevistas com 4 lideranças da comunidade. Quanto ao grupo focal todos os participantes pertenciam ao sexo masculino, todos tradicionalmente filhos de pescadores, os mesmos relatam ter começado a pescar desde muito cedo, quando adolescentes já realizavam a atividade da pesca.

Com relação à faixa etária, verificou-se que a maioria dos pescadores possui idades na faixa entre 33 a 65 anos.

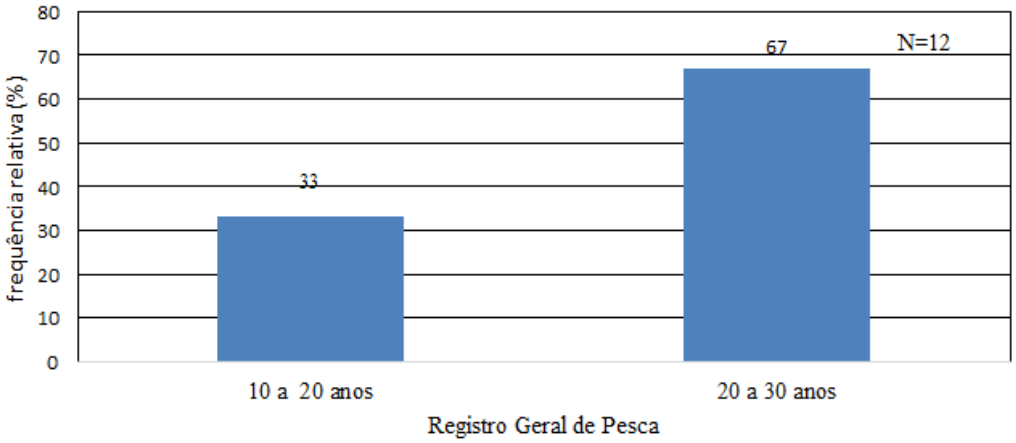
Gráfico 1 . Distribuição das classes etárias dos pescadores entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de exercerem a atividade de pescador há muito tempo, aquisição do Registro Geral de Pesca variou entre 24 a 14 anos.

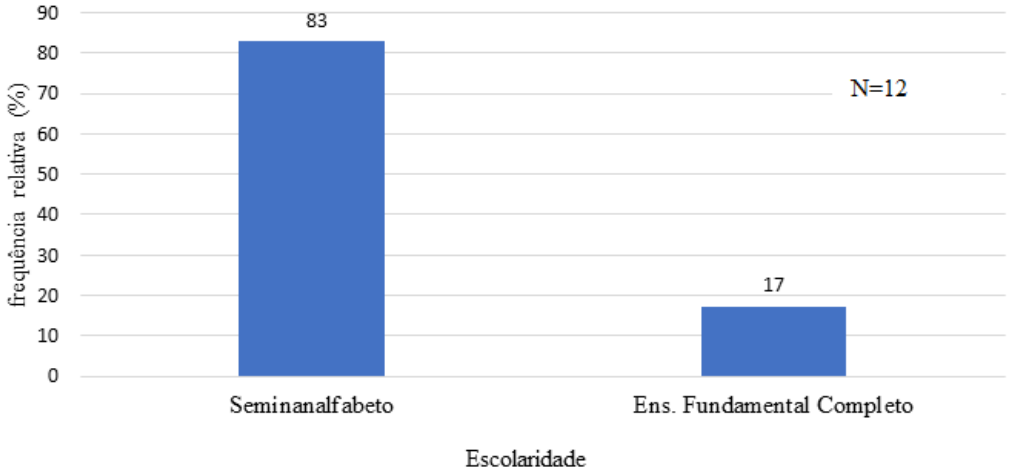
Gráfico 2. Tempo de Registro Geral de Pesca.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao nível de escolaridade, a grande maioria dos participantes são semianalfabetos (83%), onde os mesmos relataram saber somente assinar o nome, destes apenas um tem Ensino Fundamental Completo.

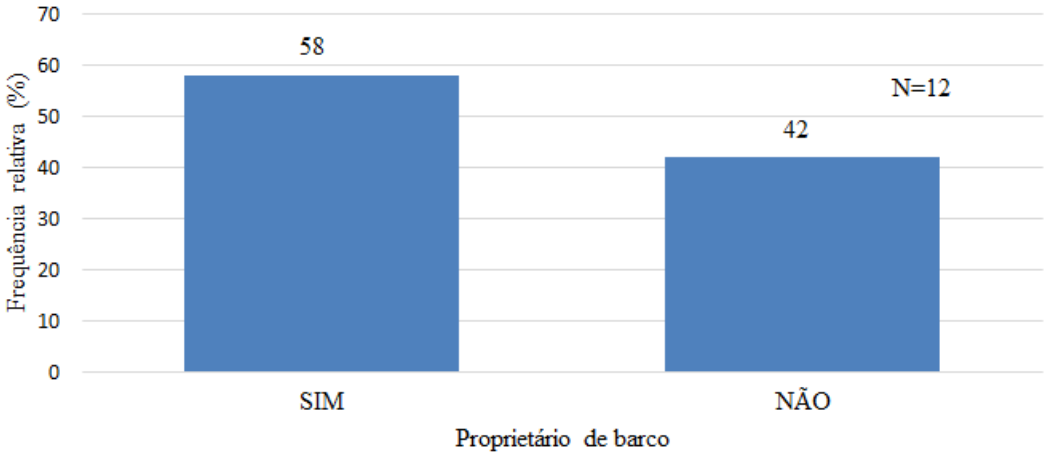
Gráfico 3. Grau de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os pescadores participantes da pesquisa utilizam barcos a vela para exercer sua atividade laboral, todos os barcos possuem o Registro de Embarcação Pesqueira (REP), que consiste em um documento exigido por lei para a realização da pesca da lagosta. A maioria dos pescadores é dono seu próprio barco (58,%). Normalmente, trabalha-se com um conjunto de até cinco pescadores por embarcação.

Gráfico 4. Distribuição dos entrevistados que são proprietários de barco



Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação às entrevistas participaram 4 lideranças da comunidade relacionadas a pesca, 3 eram do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Dois possuem Ensino Médio Completo e 2 Ensino Fundamental Completo. Estes foram: a presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras, Marisqueiras, Agricultores da Pesca Artesanal de Icapuí-Ce (SINDIPAMI), o despachante de pesca local e os outros dois não possuem uma função propriamente dita, são pescadores artesanais que destacam-se na comunidade por orientar os pescadores quanto algumas dúvidas e por convocar e participar ativamente das reuniões de pescadores.

Quadro 02 – Participantes das entrevistas: Nome, Idade e Escolaridade.

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE
MSS	43	Ensino Médio
JAL	33	Ensino Médio
TSS	37	Ensino Fundamental
RNC	44	Ensino Fundamental

Fonte: Elaborado pela autora.

O capataz de pesca como é chamado na comunidade, realiza esta função há oito anos. De acordo com o mesmo, sua função é orientar os pescadores quanto as atualizações do governo e a renovação de carteira de pescador ajudando-os a não deixar a sua documentação atrasar, além de convocar as reuniões sobre seguro desemprego e repassar orientações da Marinha, assim como auxiliar os pescadores sobre algumas dúvidas. Também faz parte da sua função participar das palestras realizadas pela Colônia de Pescadores.

A presidente do SINDIPAMI, há onze anos trabalha em atividades relacionadas à pesca, suas atribuições são similares as do despachante de pesca ou capaz de pesca e as da presidência da Colônia.

Os outros dois participantes são pescadores artesanais que se destacam na comunidade por participar ativamente dos processos relacionados à pesca, por serem mais engajados nesses processos servindo de referencia aos pescadores quando estes precisam tirar alguma dúvida.

4.5 Análise dos dados

4.5.1 *Análise de Conteúdo*

Para sistematização dos dados coletados foi utilizada a Análise de Conteúdo, que consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte, onde o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração (BARDIN, 2011).

A análise foi composta por três etapas: a pré-análise, fase em que foi necessária leitura aprofundada e contato intenso com o material de campo, fazendo com que o mesmo contemplasse todos os aspectos levantados no roteiro, dando respostas aos objetivos do trabalho. A segunda fase contemplou a exploração do material, consistiu em uma operação classificatória que visou alcançar o núcleo da compreensão do texto. Na terceira e última etapa, realizou-se o tratamento dos resultados em que se elaborou um resumo interpretativo, dialogando entre temas, objetivos, questões e referencial teórico (MINAYO, 2010).

4.6 Aspectos Éticos

A pesquisa foi conduzida dentro dos padrões éticos do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde (BRASIL, 2012b), no que diz respeito à pesquisa empírica com seres humanos. Desse modo, a fase de coleta de dados foi efetivada somente após terem sido prestados esclarecimentos devidos acerca do propósito da pesquisa e da conduta ética adotada pela pesquisadora, inclusive para resguardar a privacidade e assegurar total anonimato aos informantes, tarefa realizada com o auxílio do "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido", previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará-UFC.

Para assegurar o anonimato, os participantes foram identificados como: os que fizeram parte das entrevistas aparecem no texto como "entrevista I" "entrevista II" e assim sucessivamente, já os que fizeram parte do grupo focal aparecem como "grupo focal I", "grupo focal II" e assim sucessivamente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Contexto dos pescadores e da pescaria

A temporada da pesca da lagosta começa no dia primeiro de junho, mas em Redonda o movimento preparatório tem suas manifestações meses antes desse período, mais especificadamente, nos meses de abril e maio. É perceptível a mobilização da comunidade nesses últimos meses que antecedem o período da pesca da lagosta, tendo em vista que a base de sustentação econômica gira em torno desse momento tão esperado pelos pescadores e comunidade em geral.

Durante esse processo preparatório, os pescadores fazem reparos nos seus barcos e preparam as armações de madeira para confecção dos manzuás, enquanto os filhos e as mulheres preparam as telas de nylon que recobrem os manzuás. Todos os preparativos ficam prontos até o dia anterior ao início da pescaria. Este é um dia de muito trabalho, pois os pescadores e suas famílias devem carregar os manzuás até a praia enquanto esperam a jangada para transportá-los até seus barcos a vela (figura 10 e figura 11). Toda essa preparação se repete a cada ano, a mesma esperança de uma boa pescaria revigora nesse tempo.

Figura 10 - Movimento na Comunidade no dia anterior ao início da pesca.

Fonte: Júlia Bezerra.

Figura 11- Pescadores transportando equipamentos de pesca da praia para os barcos.

Fonte: Júlia Bezerra.

Toda essa dinâmica de trabalho está relacionada ao caráter artesanal e ao fato de Redonda ser a comunidade com o maior número de pescadores artesanais e de barcos a vela do município de Icapuí, contando com 180 barcos todos com Registro de Embarcação Pesqueira (REP), destes 123 possuem todos os documentos necessários para ter acesso ao benefício do seguro desemprego.

Ademais, o número de pescadores artesanais na comunidade chega ao quantitativo de 572[3], os quais possuem Registro Geral de Pesca (RGP) e habilitação para requerer o seguro desemprego. Encontram-se, também, 15 atravessadores com respectivos 15 estabelecimentos de recebimento da lagosta, chamados de "barracões", local onde ocorre a dinâmica de compra e venda do produto (lagosta), além da venda de outros produtos relacionados à pesca (SINDIPAMI, 2019).

[3] De acordo o SINDIPAMI, esse quantitativo refere-se somente aos pescadores (sexo masculino), excetuando-se as marisqueiras, sendo tais dados fidedignos e atuais.

A tabela a seguir mostra a quantidade de pescadores e marisqueiras[4] por comunidade, de acordo com a Colônia Z-17, Icapuí-Ce. No referido estabelecimento, não foi possível encontrar apenas o número dos pescadores, pois no sistema da referida Colônia, esses dados encontram somente assim, com o quantitativo de pescadores e marisqueiras, não sendo possível visualizar por categoria (pescador e marisqueira). Através da tabela percebe-se que Redonda se destaca das demais comunidades quando ao número de pescadores e marisqueiras.

Quadro 03 - Quantidade de pescadores e marisqueiras por comunidade em Icapuí-Ce.

COMUNIDADE	QUANTIDADE PESCADOR E MARISQUEIRA
Retiro Grande	49
Ponta Grossa	49
Redonda	588
Peroba	49
Picos	11
Vila Nova	98
Barreiras de Baixo	98
Barreiras de Cima	147
Barrinha	147
Mutamba	147
Serra de Mutamba	49
Serra de Cajuais	98
Serra do Mar	22
Cajuais	147
Requenguela	21

[4] No cenário do conflito com a pesca predatória, não são somente os pescadores afetados, mas também as marisqueiras assim como toda a comunidade em geral. No presente estudo, optou-se por fazer o recorte apenas dos pescadores por serem eles os agentes de frente dos movimentos e ações em torno da temática.

Icapuí Sede	580
Berimbau	20
Incra	10
Olho D'água	16
Ibicuitaba	50
Quitérias	196
Tremembé	60
Melanciais	77
Morro Pintado	24
Peixe Gordo	13
Manibu	17

Fonte: elaborado pela pesquisadora, a partir de dados da Colônia de Pescadores Z-17 de Icapuí.

Referente às entidades de organizações dos pescadores, existem na comunidade a o Centro Comunitário Monsenhor Diomedes (CCMD) (figura 12), antes chamado Associação dos Moradores de Redonda (AMR) e o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras, Marisqueiras, Agricultores da Pesca Artesanal de Icapuí-Ce (SINDIPAMI), ainda atua na comunidade um capataz[5] de pesca como é chamado este profissional e como referência os pescadores também contam com a Colônia de Pescadores Z17 (figura 13), localizada na sede da cidade. O CCMD e o SINDIPAMI funcionam no mesmo prédio, que constitui um espaço aberto à comunidade, assim explica a atual presidente do SINDIPAMI: "O prédio funciona um pouco de tudo, qualquer coisa na comunidade, como reunião, evento, tudo acontece aqui, reunião de pescadores, curso da marinha, encontros da Saúde, enfim é um espaço voltado para a comunidade".

[5] Capataz de pesca como é chamado entre os pescadores, é um trabalhador que precisa ser pescador artesanal que desenvolve funções similares a Colônia de pescadores. Esta categoria profissional surgiu devido a distância da sede da Colônia de algumas comunidades, então este profissional pode auxiliar os pescadores na própria comunidade sem que estes precisem se deslocar até a sede da Colônia. A remuneração deste profissional se dá através de um sistema de pró-labore que consiste em uma porcentagem (10%) do que é arrecadado da pesca na comunidade onde ele atua. Fonte: Colônia de Pescadores de Icapuí-Ce, 2019).

Figura 12- Centro Comunitário Monsenhor Diomedes.

Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Figura 13 - Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores de Icapuí-Ce.

Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Os Sindicatos e as Colônias são as entidades representativas de classe dos pescadores, com a função de realizar o necessário para que o pescador artesanal filiado esteja com sua documentação em ordem para o exercício da profissão, como também representam o profissional perante a lei (MOURA, 2016).

As Colônias podem se organizar em sistema de capatazias que são seus núcleos de base, ou seja, as capatazias fornecem trabalho similar aos da colônia, porém esse trabalho é ofertado nas comunidades mais distantes da sede (Colônia), facilitando assim o acesso aos pescadores, pois estes não precisam se deslocar até a sede para esclarecer eventuais dúvidas (MOURA, 2016).

6 CONCEPÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS SOBRE A SAÚDE, O TRABALHO E O AMBIENTE.

6.1 “Com saúde é quando tô no mar”: percepção dos pescadores artesanais sobre a repercussão do conflito no processo saúde-doença.

O contexto dos grupos sociais que vivenciam conflitos, especificamente, conflitos ambientais, precisa ser entendido a partir da realidade e da singularidade de cada situação, de cada povo que sofre os males resultantes dos conflitos, da mesma forma as questões e consequências na saúde desses povos devem ser compreendidas mediante suas particularidades e no interior das disputas políticas e simbólicas, assim torna-se perceptível que as questões sociais, culturais, econômicas e as experiências de vida dos sujeitos contribuem para a construção da concepção individual e/ou coletiva sobre o processo de adoecimento e o próprio sentido de saúde no contexto dos conflitos (PORTO; PACHECO, 2009).

Segundo Silva (2011), a relação saúde-adoecimento, consiste em um processo coletivo que ocorre no território que é considerado um espaço organizado que serve à análise e intervenção. Para tal, deve-se buscar identificar, em cada situação específica, as relações entre as condições de saúde dentro de ecossistemas modificados pelo trabalho e pela intervenção humana.

Dessa forma, é extremamente vinculado ao processo de saúde, o modo de vida dos indivíduos. O entendimento que cada um poderá estabelecer com a sua forma de “ter” saúde está ligado ao seu modo de vida individual, familiar e comunitário. O que para muitos pode ser apenas a ausência de doença, para outros, o fato de não ter saúde, poderá associar-se ao fato de não ter relações interpessoais saudáveis, a falta de alimentos, roupas, moradia, lazer, dinheiro entre outras causas. Desse modo, é clara a relação dos fatores sociais para a determinação da construção de cada ideia a respeito de saúde (COELHO, 2014).

Se em certas situações o “ter saúde” pode significar a ausência de tantos atributos capazes de configurar um contexto social harmonioso, e a ausência deles pode inferir na ideia de adoecimento, pode-se compreender que, a ineficiência ou a ausência de certas comodidades, que proporcione estado de felicidade, estabeleça a ideia de um processo de adoecimento, desde que tal pensamento infira a relação de que doença seria a limitação ao

acesso de alguma coisa, ou mesmo a limitação das funcionalidades homeostáticas do organismo. Sendo assim, é notadamente perceptível que o binômio saúde-doença está relacionado e quase sempre, indissociável (COELHO, 2014).

Por conseguinte, a saúde deve ser entendida não somente como ausência de doença, mas, principalmente, como algo positivo, um processo natural de expressão, interação e harmonização da vida em cada ser vivo, em cada espécie e em todos os habitat físico e social, incluindo a expressão e fortalecimento da identidade pessoal e coletiva, onde a organização social passa a exercer papel preponderante no processo saúde-doença (GÓIS, 2008).

Apesar da importância da contribuição da medicina social latino-americana, que incorpora a visão da determinação social do processo saúde-doença, é necessário nos territórios que sofrem influência dos conflitos ambientais, entender a saúde num sentido mais amplo para além do conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde - OMS (1946), onde a saúde é entendida não apenas como ausência de enfermidades, sendo uma associação entre bem-estar físico, mental e social. Assim, SILVA (2011) afirma que:

> O conceito ampliado de saúde aponta para algo mais que a ausência de doença e enfermidades, concebendo um fenômeno complexo [...]. Essa perspectiva complexa permite compreender que os problemas ambientais afetam a saúde, por uma variedade de razões que têm a ver com a falta de serviços básicos e acesso inadequado a recursos e, com o problema da poluição ambiental, tornando a saúde das pessoas, principalmente as vulnerabilizadas, adversamente afetadas pelos danos inter-relacionados. Isto é preocupante independentemente do nível de desenvolvimento em que os problemas se manifestam, pois a crise ambiental em que se encontra o planeta, denuncia insustentabilidade na exploração do ambiente que compromete a capacidade dos ecossistemas de atender às crescentes necessidades e demandas por alimento, água, habitação e outros recursos vitais do ser humano (Silva, 2011.p28).

Dessa forma, Porto e Pacheco (2009) constatam que é preciso um olhar capaz de abranger, igualmente, o direito à terra, ao trabalho, à cultura e às tradições que constituem itens primordiais para a sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais e sem os quais esses povos desenvolvem processos de adoecimento, como entendido no campo da Saúde e Ambiente.

As relações entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população constitui o campo da Saúde e Ambiente (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998), porém a dimensão ambiente no setor saúde, até pouco tempo atrás, era compreendida com sendo externa ao homem. A partir do paradigma da medicina social que marca o surgimento da saúde coletiva no país,

ampliou-se a abordagem dos problemas de saúde das populações a partir das dimensões política, econômica e cultural, contudo, somente a partir dos anos 90 iniciou-se uma produção acadêmica mais sistemática sobre a relação saúde e ambiente no âmbito da Saúde Coletiva (PORTO, 2005; AUGUSTO, 2003).

Dias et al (2009) explicam que o ambiente, na perspectiva da saúde, "deve ser entendido como território vivo, dinâmico, constituído por processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, no qual se materializa a vida humana, por meio de políticas públicas formuladas utilizando o conhecimento disponível, com a participação e controle social", assim faz-se necessário um olhar mais abrangente para além das ações de promoções de saúde propostas pelo SUS por meio do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde (SNVA).

Em busca deste olhar abrangente, insurgi a produção de conhecimento onde o "desafio epistêmico exige a crítica e superação dos aspectos descontextualizadores, reducionistas e despolitizantes do conhecimento construído a partir do paradigma hegemônico no campo da saúde" (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014), assim é preciso uma aproximação de abordagens emancipatórias tais como o movimento por justiça ambiental, os estudos pós-coloniais que incorporam o saber dos povos e comunidades vulnerabilizadas e "questionam as hierarquias, estruturas sociais e bases epistêmicas que legitimam as iniquidades socioambientais e em saúde" (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014).

As concepções de saúde e doença, na abrangência da Saúde e Ambiente, são perceptíveis no contexto dos pescadores artesanais que veem seus modos de vida e seu trabalho desorganizados diante do contexto de interferência da pesca predatória. Os pescadores percebem que a falta do recurso natural, a lagosta, vai ocasionando aos poucos sua expulsão do mar e dessa forma relacionam com o fato desse contexto influenciar na saúde:

> Como é que a gente vai ter saúde se não tem mais como pescar? Eu, pra mim, com saúde é quando tô no mar (Grupo focal II).

> Esse ano as coisas tão muito ruim porque além da pesca ter sido fraca demais já terminou o defeso e ninguém recebeu o benefício ainda, o seguro-defeso ninguém recebeu. O seguro é um beneficio que o governo oferece ao pescador pra ele sobreviver na época que não tá pescando. O que tá acontecendo é que era pra ter saído esse benefício desde o começo do ano pro pescador ir sobrevivendo com sua família, mais como não saiu o pescador passou todos esses seis meses comprando fiado nas budegas e ainda fez divida pra comprar as coisas necessárias pra fazer os manzuá e ajeitar o bote, pintar o bote, fazer os reparos né, aí pra completar a pesca não deu nada. Tem gente que nem no barracão não foi porque não pegou nenhuma lagosta aí o pescador começou a acumular mais divida comprando isca pros manzuá e comprando quimanga pra levar pro mar, aí a pessoa que é direita que gosta da suas contas em dias se começar a pensar na sua situação e em todas contas sem nenhuma esperança que vai receber o seguro ou não se ele botar isso na cabeça ele começa a

> ficar doente porque primeiro de tudo não consegue dormir direito e quando se vê sem ter pra aonde buscar ajuda ele fica doente (Entrevistado II).
>
> Quando a gente sai pro mar vai com muita esperança de voltar com alguma coisa, alguma coisa pra comer e com algum dinheiro pra dentro de casa, mas quando a gente volta com as mãos abanando já chega em casa de cabeça baixa porque a tristeza é grande (Grupo focal II).

É possível perceber que a ausência da saúde mediante a impossibilidade de realizar seu trabalho culmina na ideia de um processo de adoecimento. Para os pescadores artesanais, essa ideia se estabelece à medida em que a realidade na qual estão inseridos se encontra em contextos de negação de direitos, de acesso aos recursos naturais e aos territórios tradicionais.

Segundo Porto (2005), tal realidade está presente nas populações que são vítimas de um modelo de desenvolvimento marcado pela injustiça ambiental, isto ocorre quando grandes investimentos e negócios realizados se apropriam dos recursos existentes nos territórios e concentram renda e poder, ao mesmo tempo em que atingem a saúde e integridade dos trabalhadores, dos seus habitantes e dos ecossistemas, assim nesses contextos, problemas de saúde e ambiente podem ser vistos como questões de injustiça ambiental.

De acordo com o manifesto de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)[6], a injustiça ambiental e a justiça ambiental são entendidas como:

> Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. Por justiça ambiental, ao contrário, designamos o conjunto de princípios e práticas que:
>
> a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

[6] A RBJA surgiu a partir da associação de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONG), sindicatos e pesquisadores de todo o Brasil, com o objetivo de denunciar a destruição do meio ambiente e dos espaços coletivos de vida e trabalho que ocorrem predominantemente em locais onde vivem populações negras, indígenas ou sem recursos econômicos e fortalecer ações coletivas que possam se contrapor a esse processo. Apresentada como uma rede virtual, a RBJA constitui-se como um fórum de discussões, de denúncias, de mobilizações estratégicas e de articulação política, no sentido de ampliar e dar visibilidade às lutas encampadas por entidades e populações envolvidas. É um espaço de identificação, organização, unificação e fortalecimento dos princípios e das lutas contra as desigualdades e injustiças ambientais no Brasil (DAMASCENO; SANTANA JÚNIOR, 2011).

> b - asseguram acesso justo e eqüitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
> c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Enquanto alguns pescadores associam a ausência de saúde com a impossibilidade de realizar seu trabalho, devido o distanciamento do pescador com o ambiente de trabalho e pelo fato de que para eles essa distância culmina no fato de não ter saúde, outros relacionam a ausência de saúde somente diante de doença manifesta:

> Com saúde é quando não tô sentindo nada, quando tá tudo bem, se eu tiver alguma dor aí eu já num tô mais com saúde e quando eu fico doente é muito difícil eu ir pru posto de saúde porque lá as coisas é difícil demais, a gente vai passa o dia todo pra ser consultado quando é, umas vez já fui lá e disseram que eu não tinha ficha, que precisava voltar outro dia, eu num voltei mais não porque num vou nem ser besta perder meu tempo naquele posto que a gente nem consulta num tem. As pessoa que trabaiam lá diz logo que não tem mais vaga aí a gente vai fazer o que? um dia desse eu fui logo foi pru hospital de noite mesmo (Grupo focal II).

> Quando a gente tá doente é quando às vezes a gente se sente quando a gente tá passando mal aí é quando a gente tá doente e aí é quando a gente procura o posto de saúde. Quando a gente tá com saúde é quando a gente se sente bem, se sente à vontade, eu acho que a gente se sente um pouco livre (Grupo focal II).

> Eu quando tô doente tomo logo um remédio pra não ter que ir pru posto porque lá só vive muito cheio de gente, todo dia tem aquela ruma de gente aí a gente chega lá fica esperando demais (Grupo focal II).

A partir de tais falas apreende-se que o fato de não se sentir doente, sem sinais e sintomas que identificam determinada patologia culmina na ideia de estar com saúde. Para os pescadores, essa ideia estabelece e reafirma outros argumentos, na medida em que serve como espécie de termômetro o fato de não estar "sentindo nada", logo não procurar os serviços de saúde, salvo quando apresentar algo de errado ou em estado de gravidade.

Também é notável a insatisfação dos pescadores com relação aos serviços oferecidos pela Atenção Primária, especificamente pela Estratégia Saúde da Família (ESF), entendida como porta de entrada preferencial aos serviços de saúde, porém muitos pescadores adentram ao Sistema de Saúde através dos serviços de urgência e emergência (Atenção Secundária e Atenção Terciária) pelo fato de serem atendidos mais rapidamente e no intuito

da obtenção de respostas imediatas sobre suas patologias, entretanto muitas vezes quando esse público procura tais serviços já existe um quadro clínico instalado, por vezes cronificado (MOREIRA; FONTES; BARBOZA, 2014).

As ações generalizadas da ESF, sem considerar o modo tradicional de vida e trabalho dessa categoria profissional, contribuem para o distanciamento entre serviços de saúde e pescadores. Dessa forma, nota-se que a ESF não está preparada para receber e absorver a demanda dos pescadores, onde, para além da necessidade de desenvolver ações e serviços voltados especificamente para esse público com vistas a um acesso universal e equânime é necessário um olhar que vise contemplar a centralidade dos processos produtivos na determinação da saúde-doença.

Ainda sobre o atendimento na estratégia saúde da família, os pescadores apontam para importância da oferta de serviços específicos:

> Minha grande revolta é que nós não tem direito a saúde completa, a nossa saúde de pescador não é uma saúde alinhada pra nós, o posto de saúde não é preparado pra atender nós, a coisa mais difícil é um pescador ir lá e quando vai diz que tá marcado pra tal hora, eu gostava de dotora Luisa porque quando era pescador pra ela era como fosse uma urgência, porque ela fez isso? Porque teve diversas reuniões com nós, entendeu? Ela passou a conhecer a nossa necessidade o que nós somos, aí quando chegava um pescador no posto ela botava como urgência, agora tá diferente nós precisa conversar com dotô Gilmar, vamos tirar um momento com o dotô Gilmar pra na hora que chegar um pescador ele ser tratado com urgência, o pescador é da mesma forma porque quando ele vai pro posto ele só vai no ultimo recurso se ele puder tomar uma melhoral em casa e a dor passar ele num vai lá nem a pau já devido essas coisas (Grupo focal II).

Os pescadores apontam para a necessidade de se organizar no intuito de reivindicar melhores condições de saúde, compreendendo a importância de uma saúde efetiva e de qualidade, onde é preciso mais que atendimento individual necessitando de uma atenção específica com base nas suas demandas.

Entendendo que a saúde é socialmente produzida e está condicionada às singularidades do modo de viver e trabalhar de cada povo, faz-se necessário trazer a percepção dos pescadores sobre os principais acometimentos na saúde a partir da realidade da sua atividade laboral, assim, os pescadores identificam os principais como problemas de saúde:

> Aqui na nossa pesca a gente fica doente, tem gente que fica logo ruim da vista por causa que fica muito tempo fitando com o sol muito quente aí quando é de noite a vista tá ardendo. Eu já sinto minha vista arder faz tempo, às vezes os olhos chega chora, assim escorre, fica escorrendo quando a gente fita muito, né? (Grupo focal II).

> Todo pescador tem dor de coluna, é muito difícil um pescador pra não ter porque a gente vive pegando em peso, pra todo canto que se vira tem que pegar em algum peso aí num tem costa que aguente né? e quando termina de puxar uma fila de cangaia quem é que num sente dor nas costa? todo mundo sente, é muito difícil um que não sinta (Grupo focal II).

> Num sei se é problema de saúde, mas tem dia que a pele é toda tostada do sol e cheia de escama por causa da água salgada né? Porque passa tempo na água salgada, a água pinga na gente e às vezes aparece umas coceiras no corpo devido passar muito tempo molhado (Grupo focal II).

> Mas com tudo isso que a gente sente é pouco né? comparado com o que acontece com o pessoal do compressor porque eles ou fica alejado ou morre na hora, esse mês mesmo morreu um por causa do compressor isso acontece demais (Grupo focal II).

Corroborando com os achados dos pescadores sobre os principais tipos de acometimento na atividade da pesca, Pena; Gomez (2014), relacionam causas e patologias, como:

Quadro 04 - Principais tipos de acometimento na atividade da pesca: causas e patologias.

CAUSAS	PATOLOGIAS
Radiações solares.	Riscos de neoplasias, cataratas dentre outras.
Umidade.	Riscos de dermatites micóticas e onicomicoses, inflamações gênito-urinárias, alergias.
Intempéries, chuvas, e frio.	Riscos de infecções respiratórias, faringites, dentre outras.
Transporte de peso, posturas nocivas e excesso de movimentos com esforços repetitivos.	Riscos ergonômicos para a coluna vertebral.

Fonte: PENA, GOMEZ (2014).

A partir do exposto percebe-se que as peculiaridades do modo de vida, a cultura e as relações com o trabalho dos sujeitos reflete em suas concepções sobre a saúde e o processo de adoecimento, o que deve ser entendido pelo sistema de saúde, servindo como base para o

direcionamento das práticas e serviços de saúde voltados para as populações específicas, para além dos processos técnicos, mas culminando em práticas de promoção em saúde partindo das condutas que visem a disseminação da informação e a compreensão do contexto de cada povo, tendo em vista que, apesar do conceito estabelecido pelos órgãos da saúde e profissionais, ainda há a necessidade de informar sobre as questões de saúde e doença e, sobretudo, relacionar esse processo com os modos de vida de cada comunidade, entendendo que cada povo possui sua cultura, seus hábitos de vida, suas fragilidades e dificuldades de acesso aos bens naturais e de consumo relacionado não apenas ao trabalho, mas também com o acesso e direito a saúde (BUDÓ et al., 2016).

Destarte, o avanço do capitalismo, a ideologia do desenvolvimento e modernização da pesca da lagosta ocasionam impactos sobre as condições de vida, de saúde, adoecimento e sobre o meio ambiente, pondo em desequilíbrio a relação homem-natureza.

6.2 “A gente quer é a sobrevivência de viver do mar”: percepção dos pescadores artesanais sobre a repercussão do conflito no trabalho.

O processo de trabalho pesqueiro é antes de tudo, um processo de interação do homem com o ambiente. Quando o homem se apropria da natureza buscando retirar os recursos desta, desencadeia vários processos naturais e antrópicos, pois um sistema humano interage com um sistema natural e assim haverá modificações em ambas as partes (NASCIMENTO, 2006).

Quando o ser humano estabelece uma relação de aproximação e conhecimento com o ambiente ele passa a conhecer sua biologia natural mesmo sem nunca ter estudado tal coisa e o ambiente terá influência na vida humana, na cultura, no modo de ser e viver dos homens, tal fato é percebido na relação dos pescadores artesanais com o ambiente marítimo.

Baseados no conhecimento passado oralmente através das gerações, o pescador artesanal conhece o período ideal para capturar certa espécie, os locais de captura, o tipo de maré, o vento ideal, a melhor fase da lua e assim por diante, porém após o avanço tecnológico muito desse conhecimento empírico vai se perdendo. Sobre isso, Marrul Filho, 2001 relata que:

> O *saber-fazer*, baseado no conhecimento tradicional sobre a dinâmica dos oceanos e no ciclo de vida dos recursos pesqueiros, suficiente para produzir uma quantidade de pescado necessária à subsistência das comunidades produtoras e até mesmo sua inserção nos mercados locais, vem sendo substituído pelo *saber-usar* instrumentos tecnológicos, pelo *saber-ler* gráficos, pelo *saber-interpretar* informações, saberes requeridos pela necessidade de produção em larga escala. Explicitava-se, assim, a completa separação entre os seres humanos e os recursos pesqueiros (natureza) que, há muito, marcava outros setores da vida humana. A natureza de provedora de subsistência passa a ser "produtora" de bens de consumo de origem marinha (MARRUL FILHO, 2001, p.08).

Dessa forma, à medida que os pescadores começam a incrementar novas tecnologias, principalmente as de localização como o GPS (Sistema de Posicionamento Global), surgem modificações no processo de trabalho como, por exemplo, na atividade de mestrança, onde em cada barco era preciso um mestre para orientar os pescadores até os pontos certos de pescaria, pois só o mestre detinha esse conhecimento através de orientações pelos diversos pontos da natureza, com as tecnologias o mestre não se faz mais necessário, tendo em vista que a habilidade de estabelecer os pontos de localização que era vinculada ao saber empírico desse sujeito, passou a ser desempenhada pela tecnologia do GPS, o qual proporciona a localização exata de onde se quer ir com os barcos.

De acordo com relatos do grupo focal, os primeiros a utilizar o GPS foram os mergulhadores de compressor, logo após os pescadores artesanais também aderiram esta tecnologia devido a facilidade em localizar os pontos de pesca e como eles mesmo falam “não precisa mais perder tanto tempo fazendo caminho, a gente marca e vai cair em cima”. Sobre essa atividade, os pescadores relatam:

> Fazer caminho pela terra num é todo pescador que sabe fazer caminho não, só o mestre sabe é ele quem comanda o barco, muitas vezes num dava pra fazer o caminho certo porque tava chovendo e ficava ruim de se guiar, tinha mestre que mesmo debaixo de chuva ainda acertava o caminho, mas muitas vezes quando tava chovendo e o mestre não acertava o caminho a gente passava o dia rodando de baixo de chuva e num acertava o material, agora com o GPS nem pra terra ninguém olha mais, vai bater em cima (grupo focal III).

O avanço tecnológico e a necessidade de modernizar o setor pesqueiro trouxeram vários efeitos sobre a pesca artesanal como, por exemplo, a introdução da pesca de mergulho com compressor que apesar de ser ilegal é utilizada em quase todo setor pesqueiro, principalmente na captura da lagosta, pois estes no intuito de obter lucro imediato e rápido lançam mão dessas tecnologias e acabam por explorar demais a natureza tirando mais do que ela consegue repor e modificando o processo de trabalho da pesca artesanal. Tal cenário é perceptível por meio dos relatos da pesquisa:

> O compressor é outra forma de pescar, eles podem pescar em outras áreas, não aqui porque aqui a gente sabe que eles são um arraso que acaba com tudo, com todo tipo de lagosta e a gente não pode acabar todas as lagostas porque senão como é que nós vamo viver sem lagostas? A gente não quer essa ruma de dinheiro que eles querem não, a gente quer é a sobrevivência de viver do mar (Grupo focal III).

> O problema tá na ganancia do ser humano, o homem que só pensa em ter uma ruma de dinheiro porque se num fosse isso desde o começo da pesca da lagosta se todo mundo tivesse pescando com os manzuá as coisas num tinha ficado do jeito que tá hoje em dia, se todo mundo tivesse pescado só com o manzuá tinha lagosta pra todo mundo, num tinha acontecido essas guerra que a gente fez, num tinha acontecido tanta coisa ruim e a gente num tava numa situação como hoje. Num é que a gente não deixava outras pessoas de fora pesca aqui, a gente deixava sim se fosse pescar de manzuá podia vim gente de todo mundo que isso nunca a gente teve problema, o problema era quando os mergulhador de compressor queria pescar aqui porque eles sabia que já tinha acabado com as lagostas das outras áreas e agora queria vim pescar aqui de compressor pra acabar com as lagostas daqui também e isso nós não permitia mas se eles viesse pescar aqui de manzuá podia vim quantas pessoas quisesse porque sendo pra pescar de manzuá dá pra todo mundo mas de compressor e marambaia num dá pra ninguém não, nem pra nós e nem pra eles (Grupo focal III).

Mediante a exposição da fala anterior, tal fato ocasiona diversas alterações no processo de trabalho dos pescadores artesanais, como a diminuição cada vez mais acentuada da permanência desses pescadores no mar, visto que deveriam pescar as lagostas durante seis meses (temporada legal da pesca), porém com a exploração da pesca com compressor os pescadores artesanais acabam obtendo menor tempo de atuação na pesca (em torno de um mês e meio), haja vista a diminuição do quantitativo de lagostas, pois os pescadores que se utilizam dos aparatos tecnológicos (pesca predatória) por não respeitar o período de descanso do ambiente marítimo inviabilizam uma farta pescaria aos que não se utilizam desses aparatos dando início assim a muitos conflitos nesse contexto do trabalho da pesca da lagosta.

Em face disso, muitos desses pescadores são obrigados a retirar seus apetrechos de pesca do ambiente marinho e trazer para guardar para a próxima temporada, dessa forma o pescador artesanal começa a se distanciar do ambiente marinho, o que interfere diretamente no ato do trabalho artesanal e, por conseguinte na sua saúde, nos processos de produção (economia), convívio social e familiar, havendo, portanto um distanciamento da relação homem-natureza.

> Quando a pesca tá ruim demais a gente tem que trazer a balda[7] pra aproveitar enquanto os manzuá tá novo, num tá desgastado ainda, porque se a gente deixar no mar além dos manzuá ir se acabando a gente precisa ir todo dia pru mar olhar como tá os manzuá, vai só dá a viagi pra olhar manzuá porque lagosta neles num tem e se a gente trouxer a balda pra terra num vai gastar tanto dinheiro no próximo ano pra fazer os manzuá tudim de novo (Grupo focal III).

Figura 14 - Balda na praia.

Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Outro fator observado pelos participantes da pesquisa é o fato de muitos pescadores precisarem sair da comunidade para pescar em outras cidades, até mesmo em outros estados. Isso acontece nos anos em que a escassez de lagosta é muito atenuada, como por exemplo, o ano corrente. Esses pescadores deixam suas famílias e a comunidade por longo período de tempo (depende da distancia da cidade onde ele irá pescar), muitos retornam somente no final da temporada de pesca.

Tal fato interfere no processo de produção dos pescadores artesanais, pois estes ao realizar seu trabalho em outras regiões acabam assimilando outras formas de pescar, além da pesca artesanal, provocando mudanças na cultura desses povos.

A escassez do recurso natural (a lagosta), faz com que os pescadores busquem outras atividades para complementar a renda familiar, enfrentando as primeiras atividades que aparecem, tais como ajudantes de pedreiro, trabalho na agricultura, pintor, entre outros, de

[7] Balda é a quantidade total de mazuás que um barco possui.

acordo com a necessidade imediata. Como os pescadores são postos no regime de segurados especiais pela Previdência Social, o exercício de qualquer outra atividade profissional registrada em carteira é razão para seu desligamento dessa condição, dessa forma, o fato de o pescador artesanal exercer outra atividade além da pesca pode acarretar danos para si, pois este, de acordo com a legislação da pesca, precisa praticar somente a atividade de pescador artesanal sendo proibido de realizar qualquer atividade senão a pesca artesanal.

Devido ao período do defeso, definido pela Lei n°11.959/09 como sendo a "paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes", o Estado precisa pagar o seguro defeso ao pescador, que consiste no pagamento de um salário mínimo por um período que varia conforme a reprodução de cada espécie, no caso da pesca da lagosta este período é de seis meses.

O pagamento do seguro defeso é necessário, pois o fato de o pescador não poder pescar durante o ano todo, reflete em sua renda familiar e, na maioria das vezes, esse é o único trabalho desses profissionais, como no caso dos pescadores artesanais da pesca da lagosta, porém recentemente os pescadores estão com dificuldades para receber o benefício, de acordo com o capataz da comunidade de Redonda, os pescadores deveriam ter recebido o beneficio desde o início do ano e até o mês corrente nenhum pescador ainda recebeu, tal realidade impulsiona ainda mais o pescador a buscar fontes para complementar a renda familiar, correndo o risco de perderem a condição de segurados especiais da Previdência Social.

Ainda sobre as repercussões no trabalho, os pescadores citam as mudanças na relação com os atravessadores, onde segundo os participantes da pesquisa, nos primeiros anos da pesca comercial da lagosta, quando não havia muitos barcos de mergulhadores e a pesca era farta, era fácil conseguir empréstimos com os atravessadores que era como uma espécie de crediário, onde o pescador pegava certa quantia em dinheiro ou em material de trabalho, porém, em contrapartida, ficava obrigado a vender os produtos da pesca somente para aquele atravessador que lhe "ajudou", como em um sistema de subordinação e dependência, além da cobrança direta onde muitas vezes os pescadores pagavam mais do que deviam, sendo obrigados a vender os produtos da pesca por preços muito baixos estabelecidos pelos atravessadores. Sobre isso, os pescadores relatam:

> Antes como tinha mais lagosta, os atravessador confiava em fornecer material, no rancho, nos consertos dos barcos, no dinheiro, no que fosse preciso, mas hoje como a gente sabe que a pesca tá dando muito pouco nenhum dono de barracão vai confiar dinheiro ou material pra uma coisa que ele sabe que não vai ter retorno (Grupo focal III).

Dessa forma os pescadores artesanais sofreram modificações organizativas, nas suas relações de trabalho e nos seus modos de vida singulares. Tais mudanças geram dificuldades, limites, entraves e alterações no trabalho, assim como na reprodução social e organizativa desses sujeitos sociais e políticos, que são os trabalhadores artesanais do mar. (MORENO; CARVALHAL, 2013).

6.3 "Tem que soltar a miúda e só trazer quando tiver grande": percepção dos pescadores sobre a repercussão do conflito no ambiente.

A interferência direta e incisiva do ser humano sobre o meio ambiente como objetivo de extração de matéria-prima e recursos naturais não é recente, é tão antiga quanto a própria existência humana e ganha enorme expressividade na segunda metade do século XVIII com a Revolução Industrial, onde iniciou-se um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, visando lucro e acúmulo de capital onde a natureza passa a ser mero objeto de sucateamento, com ascensão do capitalismo e do mercado globalizado ocasionando consequentes mazelas socioambientais, pois tal modelo oferta os produtos e serviços porém não oferta as condições para acessá-los, ficando no poder de uma pequena elite privilegiada com todas as regalias e bônus enquanto uma enorme parcela da população fica a margem cabendo-lhes os ônus do desenvolvimento, aflorando assim uma enorme desigualdade social e acentuada degradação ambiental. A respeito disso, Zhouri (2008) explica:

> (...) as investigações empíricas não deixam dúvidas sobre quem são as vítimas do desenvolvimento ou da modernização conservadora. A poluição incide muito mais sobre as camadas de baixa renda, que não têm tratamento sanitário apropriado em sua maioria, não têm acesso aos bens e serviços urbanos e em geral ocupam áreas de risco, áreas contaminadas, etc. São os pobres que moram em áreas industriais e recebem a poluição direta, a contaminação por metais pesados e outros. São os pobres os que mais sofrem com as enchentes, pois habitam áreas de risco pela segregação socioespacial urbana (Zhouri, 2008).

Este modelo predador de crescimento (LEFF, 1999), dissemina a ideia da natureza como fonte inesgotável de recursos e do ser humano como exterior ao meio ambiente, sobre

tal questão afirma Porto-Gonçalves (2006): “A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe a ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo”. Compreendendo o meio ambiente não apenas quanto aos aspectos naturais mais também espaço de relações entre homens e de homens com a natureza é importante saber que o meio ambiente não é externo ao homem, uma vez que este constitui o ambiente ao mesmo tempo em que é constituído por ele, ou seja, afetando o meio ambiente o homem afeta a si mesmo.

Em face disso, Porto-Gonçalves (2006) ‘propõe o abandono do termo *meio ambiente*, passando a adotar apenas o termo *ambiente* na tentativa de diminuir as diferenças muitas vezes observadas, a começar por nossas próprias atitudes, onde nem sempre compreendemos que somos elementos constitutivos do ambiente, assim, também entendemos que os conflitos que afetam o ambiente afetam também os humanos, dessa forma, aqui, os termos *conflitos socioambientais* são equivalentes a *conflitos ambientais*, devido a compreensão da simbiose presente na relação homem-natureza.

Os conflitos ambientais estão relacionados a diferentes aspectos, tais como uso do território, acesso aos recursos naturais, interesses diferentes, perspectivas culturais diferentes, entre outros. Segundo Porto, Finamore, Ferreira (2013), os conflitos ambientais envolvem disputas por terra com populações tradicionais, gerando casos de violação aos direitos humanos, ameaças e assassinatos, além da histórica contradição capital-trabalho. Corroborando com esta ideia Zhouri, Zucarelli (2008, p.02), afirmam que “a ocorrência dos conflitos remete, então, a situações de desigualdade no acesso aos recursos naturais e a desproporcionalidade na distribuição dos riscos gerados pelos processos de desenvolvimento”.

Com a visão da natureza inesgotável, os grandes empreendimentos chegam às comunidades tradicionais passando a explorar de forma predatória os recursos naturais que esta contém aflorando os conflitos ambientais, pois as comunidades começam a sofrer as consequências dos desequilíbrios e das interferências que estes empreendimentos provocam sobre o contexto e a realidade de cada povo que vivencia tais conflitos.

Como o objetivo da expansão comercial é ter cada vez mais produtos comercializáveis, aumentam-se os investimentos em vários meios e tecnologias para explorar mais incisivamente a natureza, como ocorre na pesca predatória da lagosta que faz uso das marambaias feitas com tambores de ferro advindos da indústria química, com o objetivo de juntar maior quantidade de lagostas em determinado local, porém esta ação polui o meio ambiente e o ecossistema contaminando as lagostas, sem haver preocupação com os prejuízos

que isso acarreta, visando apenas a quantidade de lagostas e o lucro obtido. Os prejuízos causados por meio das marambaias são percebidos pelos pescadores artesanais quando relatam que:

> Aqui na Redonda eles arriaram marambaias feitas com tambor de ferro, foi aonde veio acabar mais o lagostim e a venda do lagostim foi os tambor por causa daquelas coisas que tem no tambor porque o tambor ele faz mal pra natureza é tanto que quando você abria o lagostim antigamente o lagostim era bem limpim, bem branquim aquela parte de dentro né e hoje é da cor de ferrugi e também influenciou muito na qualidade e no preço da lagosta (Grupo focal III).

As marambaias ou Dispositivos Atratores de Lagosta (DAL) são estruturas criadas pelo homem e instaladas no fundo do mar objetivando aumento da produtividade pesqueira (NASCIMENTO, 2006). Os pescadores participantes da pesquisa relatam que:

> Em Redonda até a chegada da pesca com compressor não se ouvia falar em marambaia. Elas são uma alternativa pra juntar lagosta porque a lagosta tem o instinto de procurar se esconder então as marambaia oferece esse esconderijo, essa proteção pras lagosta. Os pescador da pesca predatória lança as marambaia no mar depois marca os ponto no GPS e depois de um tempo vão despescar de forma predatória né, pegando todo tipo de lagosta, tanto as que tão no tamanho certo permitido para comercialização quanto as que não são permitida, as lagosta miúda e as ovada (Grupo focal III).

Na perspectiva das comunidades tradicionais as sociedades e meio ambiente são realidades indissociáveis, pois os elementos que compõem o ambiente contêm significados históricos, simbólicos e culturais que influenciam diretamente a configuração de como essas comunidades encaram e fazem uso dos mesmos, dessa forma, os conflitos se instauram, pois enquanto a natureza tem significado e representação para os povos tradicionais, não possui o mesmo significado para os que procuram o lucro a todo custo, ou seja, a natureza é vista de modo diferente e jamais será a mesma para cada ator (DIEGUES, 2000).

Dessa forma, os pescadores artesanais reconhecem a importância do tempo de reprodução da espécie, assim como, a importância de não capturar as lagostas jovens e as ovígeras:

> Aqui nós sabe que tem que passar seis meses sem pegar as lagosta porque é o tempo dela se recuperar porque se a gente pegar o ano todo vai acabar a lagosta muito rápido e a gente procura não trazer as lagosta pequena porque aquela lagosta pequena que é trazida nesse ano é vendida por um preço muito pequeno e se a gente deixar pru próximo ano ela vai tá no tamanho certo e com um preço muito melhor e quando vem uma lagosta ovada nos manzuá tem que jogar de volta no mar porque é um crime muito grande pegar as lagosta ovada porque aquela lagosta vai gerar muitas outras (Grupo focal III).

O interesse de buscar sempre o lucro sem respeitar a natureza e a importância que esta tem para as comunidades que dela dependem para sobreviver, acaba resultando em um cenário de iniquidades sociais e ambientais, onde as comunidades que vivenciam tal contexto têm seus modos de vida desorganizados, como a forma de realizar seus trabalhos, modificações na cultura, na economia, no modo de ser e de viver.

7 REDONDA: UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES ARTESANAIS (ATÉ QUANDO?).

A atividade da pesca artesanal se caracteriza, principalmente, pela forma com que esta desenvolve suas atividades. As relações estabelecidas entre o pescador e o ambiente, os instrumentos e as técnicas utilizadas, as relações de produção e o leque de conhecimento que os mesmos possuem sobre o mar, o ambiente e a arte da pesca caracterizam-nos enquanto pescadores artesanais tradicionais (DIEGUES, 2004; MALDONADO 1986).

Para Diegues (2004), esse conhecimento "é empírico e prático, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, taxonomias e classificações de espécies e habitat, assegurando capturas regulares e, muitas vezes, a sustentabilidade, a longo prazo, das atividades pesqueiras". O referido autor acrescenta com relação a tradição que :

> [...] cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da "profissão". Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da arte da pesca se aprende com "os mais velhos" e com a experiência (DIEGUES, 2004, pág. 87).

Segundo Ramalho (2012), o fator tradicional assenta-se na lógica da companha ou regime de parceria que, segundo o autor, "são, de maneira geral, as regras socioculturais de organização do trabalho na pesca artesanal em diversas localidades brasileiras, de norte a sul", o autor acrescenta: "a companha é um processo de organização do trabalho voluntário, sem assalariamento e vinculado, sobremaneira, aos laços familiares e de compadrio, inexistindo, assim, a oposição direta entre capital e trabalho".

Sobre isso, os pescadores participantes da pesquisa relatam que a “forma de pagamento” ou remuneração na pesca artesanal se dá através de sistema de partilha, ao qual eles chamam de quinhão, onde há uma divisão do que é obtido, retira-se o que foi gasto com as despesas (isca, apetrechos de pesca, quimanga, entre outras) e divide os lucros em partes iguais para o dono do barco e para os pescadores que compõem a tripulação, não existindo um salário fixo.

Enquanto Povos e Comunidades Tradicionais, Redonda mantêm características que resistem ao tempo apesar de muitas destas terem sido substituídas ou sucumbidas por modelos culturais urbanos. A prática de rezas e benzimentos ainda encontra-se na comunidade, porém de uma maneira bastante escassa, da mesma forma percebe-se a substituição de remédios caseiros pelos remédios industrializados, assim como vão desaparecendo as explicações mágico-religiosas para fatos do cotidiano. As mudanças também são percebidas quanto à forma de preparar os alimentos, assim como ao incremento de novos elementos na alimentação (SILVA, 2004).

A maioria das características que resistem ao tempo está presentes nos pescadores artesanais, no modo como estes sujeitos vivem e se reproduzem socialmente, principalmente quanto à forma de exercer o trabalho na pesca artesanal da lagosta. Os pescadores relatam que exercem essa atividade da mesma forma que era praticada há muito tempo atrás:

> Indo pru mar ou não a gente pega o costume de acordar cedo, tanto faz ir pru mar ou não. Quando a gente vai pru mar a gente acorda umas três, quatro hora da manhã aí vai espera o embarcador pegar a jangada, tem o embarcador pra levar a gente até o bote pra gente não ir de nado até lá, porque pra chegar no poço dos bote precisa ter jangada, aí chega lá a gente levanta o pano do bote que é navegação artesenal, aí puxa o ferro e vai pru mar, chega lá despesca o material, aí tando no mar num tem hora de chegar não, chega duas hora, três hora, depende como tá o vento, quantos manzuá é pra puxar, só tem hora pra sair pra chegar num tem não. Às vezes a muié da gente pergunta que hora vai chegar, mas num tem hora pra chegar não. Todo dia tem que levar a quimanga, né? Bolacha, peixe torrado, suco, café, rapadura. Lá no mar depois que termina de puxar os manzuá é que a gente bota a panela no fogo, nós artesenal come mais é cozido porque nós cozinha a lenha, pega o fogareiro e faz o pirão com os peixe ou o que tiver pegado nos manzuá, às vezes enquanto um pescador tá puxando os manzuá outro tá botando uma linha pra vê se pega um peixe pru pirão, outra vez nem precisa porque vem nos manzuá, às vezes vem poivo, vem patola e se num vim esses aí o jeito é botar algum lagostim na panela. No bote vai até uns quatro pescador, cuma a gente pesca dirivir se tiver mais pescador pode ser que chega mais cedo em casa mas isso também depende da quantidade de material que nós leva (Grupo Focal III).

A partir da pesca da lagosta surgiram duas manifestações festivas: a festa da Volta ao Mar e o Festival da Lagosta. A festa da Volta ao Mar acontece somente na comunidade de Redonda[8], onde os pescadores e a comunidade acordam mais cedo, por volta das duas horas da manhã e se reúnem em pontos estratégicos na praia e na Praça Boca do Povo, para juntos comunidade e pescadores tomarem o café da manhã antes dos pescadores seguirem para realizar seu trabalho. Durante o café é realizado um momento de oração e reza, onde todos concebem a mesma prece: que a pesca seja farta e em paz.

Segundo relatos da pesquisa, o SINDIPAMI tem influenciado outras comunidades artesanais a realizar a festa da Volta ao Mar, esse ano aconteceu também nas comunidades de Peroba, Vila Nova, Ponta Grossa e Retiro Grande, devido atuação do SINDIPAMI em expandir esse evento a outras comunidades de pescadores artesanais.

O Festival da Lagosta, atualmente, consiste em um evento que tem maior abrangência e visibilidade para o turismo, geralmente acontece em Redonda e Barreiras. O evento é realizado pelo Grupo de Desenvolvimento do Turismo de Icapuí (GDTur), onde o principal objetivo é realizar uma exposição gastronômica da lagosta.

Quanto ao caráter político-organizativo, Redonda destaca-se pelas lutas enfrentadas desde a luta pela posse definitiva de seu território na década de 1970, até suas estratégias de enfrentamento da especulação imobiliária e pelo combate a pesca predatória (SILVA, 2004). Assim como Silva (2004), percebe-se que atualmente Redonda passa por um período de desmobilização dos seus movimentos de organização, em relação à pesca e aos demais seguimentos.

Na comunidade de Redonda, a pesca comercial da lagosta teve inicio no ano de 1958 e até 1984 a pesca ocorria sem conflitos, nessa época já se pescava com manzuá, porém ouvia-se falar na pesca com caçoeira (redes de espera) realizada em outras regiões, entretanto esta ocorria em áreas distantes da comunidade o que não interferia no modo de pescar na comunidade.

Os pescadores contam que os primeiros conflitos com a pesca predatória surgiram no ano de 1986 quando barcos motorizados fazendo uso de compressor mergulharam nas áreas de pesca utilizadas pelos pescadores de Redonda e além de capturar todos os tipos de

[8] Apesar de nesta data iniciar a temporada de pesca em todo o município de Icapuí, somente Redonda realiza a atividade, pois as comunidades que praticam a pesca de forma ilegal não realizam essa atividade festiva porque pescam continuamente durante o ano todo, dessa forma para as comunidades que praticam a pesca predatória não tem sentido fazer a referida comemoração, pois estes não tem data certa para iniciar a temporada de pesca da lagosta.

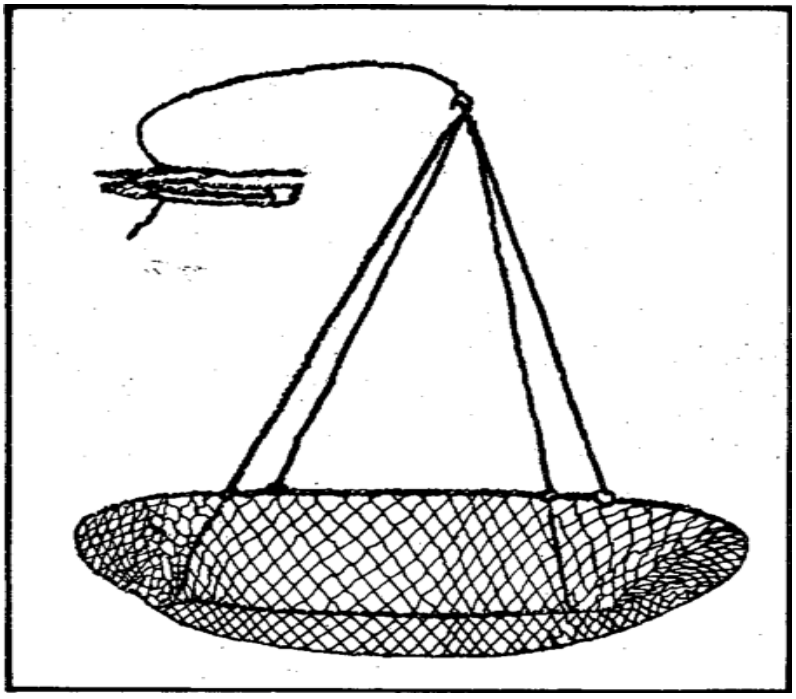
lagostas, as permitidas e as não permitidas, violavam o material de pesca dos pescadores artesanais de Redonda. Daí em diante houve períodos de embates violentos ocasionando mortes em ambos os lados. Apesar das muitas denúncias realizadas pelos pescadores de Redonda aos órgãos competentes estes nunca realizaram uma fiscalização efetiva. Os conflitos acirraram quando os pescadores ilegais introduziram as marambaias feitas com tambores de ferro nas áreas de pesca artesanal.

Os pescadores relatam que tentaram reverter essa situação de várias formas através de denúncias ao IBAMA e como este não resolvia a situação os pescadores passaram a fazer reuniões para pensar em outras estratégias, como manifestos fechando rodovias, greve parando a pesca no período permitido, além de "fiscalizar" em alto mar por conta própria.

Anterior ao período comercial, a pesca da lagosta era realizada somente para subsistência para alimentação dos pescadores e suas famílias, até então não existia instrumentos para pescar lagostas, estas eram capturadas através de mergulho em apneia, onde os pescadores pegavam as lagostas sem nenhum instrumento utilizando suas próprias mãos, em águas rasas, nos lajeiros próximos a enseada.

O primeiro instrumento de pesca utilizado em Redonda foi o jereré (figura14) que "é um aparelho formado de um aro de 90 centímetros de diâmetro, inicialmente construído com madeira conhecida como "cipó de fogo" e, posteriormente, com ferro, dotada de uma rede de 72 cm de profundidade, em forma de sacola" (FONTENELES FILHO, 1994). Objetivando alcançar maior profundidade surgiu o covo ou manzuá que constitui um aparelho com estrutura de madeira e revestimento de tela de nylon, possuindo apenas uma sanga (abertura). Segundo Galdino (1995), na década de 60 em Icapuí-Ce surgiu a cangalha, instrumento derivado do covo ou manzuá, também confeccionado com madeira e revestido por tela de nylon, porém diferentemente do covo ou manzuá, possui duas sangas na parte frontal, configurando-se no único aparelho permitido por lei. De acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA 138 (IBAMA, 2006), a malha desses apetrechos deve ter, no mínimo, 5 cm entre seus nós consecutivos para que possa capturar somente as lagostas com tamanho permitido por lei. No presente trabalho os termos manzuá e cangalha são semelhantes, por isso muitas vezes aparece como manzuá/cangalha.

Figura 15 - Primeiro instrumento de pesca artesanal para captura da lagosta, Jereré.



Fonte: Fonteneles Filho, 1994.

A comunidade de Redonda acompanhou toda evolução dos instrumentos de pesca preocupando-se em utilizar instrumentos permitidos por lei, confeccionados pelos próprios pescadores ressaltando o caráter artesanal e a intimidade com o ambiente marinho, conferindo-lhes as características de apropriação social, econômica e cultural, suscitando peculiaridades identitárias e culturais num espaço de crenças, mitos e utopias, e atribuindo valor simbólico e material para a reprodução da condição humana dos pescadores.

Mesmo com o cuidado em utilizar os instrumentos permitidos pela lei, adversidades surgem no território artesanal como a pesca predatória praticada por pescadores de outras regiões e mais recentemente praticada por uma pequena parcela dos pescadores artesanais de Redonda que ao se depararem com a atual crise e embasados no modo de produção capitalista objetivando o lucro imediato veem como alternativa a pesca predatória.

Porém mesmo diante do cenário que agora se apresenta, os pescadores da comunidade de Redonda buscam e propõem alternativas à crise e ao contexto de escassez da lagosta, tais como:

- Construção de marambaias ecológicas e comunitárias;
- Cobrar a fiscalização efetiva do IBAMA;
- Fazer mobilizações em vista a conseguir ajuda do governo;

- Buscar novas tecnologias como a criação de lavas de lagostas na própria comunidade;
- Incentivar a exploração de outros recursos naturais como, peixes, camarões, entre outros;
- Incentivar o cultivo de algas marinhas.

Dentre as alternativas apresentadas, a mais urgente e que já se encontra em processo de efetivação é a *construção de marambaias ecológicas comunitárias*, os pescadores já realizaram várias reuniões para pensar os detalhes desse processo. Estando presente em uma dessas reuniões realizada no espaço do Centro Comunitário Monsenhor Diomedes, pude perceber o quanto a pesca da lagosta, mesmo num período tão crítico de escassez do crustáceo, ainda é importante para comunidade, pois tudo o que se refere a essa atividade chama atenção da comunidade e é capaz de juntar muitas pessoas. A quantidade de pescadores preencheu o salão utilizado para reuniões ao ponto de os pescadores proporem que as próximas reuniões fossem realizadas na quadra de esportes da escola da comunidade.

Segundo os pescadores, a ideia da construção das marambaias ecológicas veio da experiência de Cuba. De acordo com Conceição (2003), o país (Cuba) empregou estruturas feitas a partir de troncos de palmeiras, pneus e posteriormente estruturas pré-fabricadas feitas de concreto e policloreto de vinila (PVC), desde a década de 50. Assim como Cuba, a Austrália também utiliza estruturas pré-fabricadas de concreto e PVC no intuito de ordenar a pesca da lagosta.

Como as marambaias (Dispositivos Atratores de Lagostas) são proibidas mesmo com caráter ecológico, os pescadores não podem buscar ajuda financeira de entidades do governo e dessa forma concordaram em fazê-las em sistema de cotas, onde cada barco terá que arcar com certa quantia em dinheiro para adquirir material necessário para construção das marambaias. A previsão é que no mês de janeiro de 2020 as marambaias sejam colocadas nas áreas previstas pelos pescadores.

Outra alternativa que encontra-se em andamento é a *buscar por novas tecnologias como a criação de lavas de lagostas na própria comunidade*, segundo o SINDIPAMI, com essa tecnologia os pescadores escolheriam as áreas e posteriormente faria-se o povoamento com as lavas e teria os estoques de lagostas recuperado nessas áreas. De acordo com o referido sindicato, já existe um projeto elaborado e no momento encontra-se na fase de procurar financiamento.

Também encontra-se em andamento a alternativa *incentivar o cultivo de algas marinhas*, onde de acordo com o sindicato a área onde será implantado o projeto já foi licenciado por parte dos órgão competentes: IBAMA, SEMACE e Marinha.

Os pescadores citaram ainda como alternativas o *incentivo a agricultura* para aproveitamento e beneficiamento, principalmente do caju, e a *busca por políticas públicas visando incentivar a geração de emprego e renda*, porém essas duas alternativas não foram bem discutidas porque, segundo os pescadores, essas possibilidades podem descaracterizar o pescador artesanal assim como a relação que este tem com o mar.

Quanto às alternativas *cobrar a fiscalização efetiva do IBAMA* e *fazer mobilizações em vista a conseguir ajuda do governo*, os pescadores reconhecem a importância de buscar essas atitudes quanto a estas possibilidades, porém percebem a falta de incentivo e apoio para atividade artesanal, como observado nas falas do grupo focal:

> Na minha avaliação eu acho pela conjuntura que nós tem hoje do pescador não conseguiu ainda seu espaço na sociedade, o espaço que eu falo é o espaço como uma pessoa respeitada, trabalhadora. Nós não conseguimo ainda como pescador ter nosso espaço de mostrar nossa cara e dizer nós estamo ali, que nós somo seres vivente que produz, que gera riqueza, mas nós ainda não conseguimos achar esse espaço, tanto isso no nosso município como no estado do Ceara, e no Brasil não é diferente nós não conseguimo, é como nós não existisse pra sociedade como um todo, é como se nossa atividade fosse uma atividade insignificante (Grupo focal III).

> Nós somo invisível ainda pra o setor público, aí no próprio instante que eles pensa em reduzir despesa a primeira coisa que corta é a secretaria da pesca, o ministério da pesca ou tudo que é ligado da pesca, porque eles entende que é uma camada insignificante, nós somos uma coisa insignificante não tem importância é uma coisa que não existe (Grupo focal III).

> Eu assisto televisão direto, jornal, eu vejo reunião de índio, vejo reunião de trabaiador, eu vejo reunião de tudo ali em Brasília ali, mas num vejo de pescador, porque o pescador é desunido, bora passar uma semana lá ninguém morre de fome não bora fazer manifestação pra resolver o problema da gente ninguém vai, mas de todo canto vai, mas se disser é trabaiador dos matos todo mundo tá lá mas se disser é pescador ninguém vai porque o pescador tá desunido (Grupo focal III).

As reflexões dos pescadores sobre a necessidade de buscar reconhecimento social e consequentemente melhorias no trabalho, na saúde e no ambiente são extremamente importantes e necessárias para a afirmação social de sua categoria profissional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praia de Redonda, conhecida pela forte presença de sua cultura e tradição, como a forma acolhedora de receber os "que são de fora" ou o modo de falar e de se expressar, o linguajar próprio e característico que reflete a identidade desse povo (SILVA, 2010; COSTA, 2010), atualmente encontra-se preocupada quanto ao seu caráter tradicional e artesanal característico, principalmente, dos pescadores da referida comunidade, pois estes encontram-se em meio a diversas alterações no modo de ser e fazer-se tradicionais e artesanais, dessa forma, aqui são retomadas algumas perguntas de partida deste estudo: até quando haverá pesca artesanal? Até quando haverá a rica cultura tradicional? Assim como, acrescenta-se outra pergunta: até quando Redonda continuará configurando-se como uma comunidade tradicional de pescadores artesanais?

A fragilidade no modo de fazer-se tradicional e artesanal na comunidade de Redonda é percebida por todos os moradores, nas conversas nos alpendres, na praia ou onde quer que sejam, é notório e recorrente o tema da pesca e o fato de alguns pescadores passarem a exercer a pesca de forma predatória. Entre os pescadores, a impressão que se tem é que a conversa ocorre meio que velada, o que aparenta certo receio ou mesmo vergonha em publicar esta realidade, ao mesmo tempo percebe-se um sentimento de indignação e até mesmo descontentamento quando os pescadores que defendem a pesca artesanal comentam tal assunto.

Segundo os relatos dos participantes da pesquisa, tal fato está acontecendo recentemente e com uma pequena parcela dos pescadores artesanais de Redonda, porém a comunidade encontra-se receosa quanto a possibilidade de mais pescadores passarem a desempenhar tal função.

Perante esta realidade, restam indagações: O que será da pesca artesanal se alguns que eram defensores dela se encontram exercendo uma atividade totalmente contrária? Tal fato poderá desencadear embates violentos entre os pescadores da própria comunidade? A comunidade conseguirá superar tal realidade se supostamente vir a acontecer?

Associando este fato a situação de escassez acentuada da lagosta, principalmente este ano, percebe-se a abrangência das dificuldades e vulnerabilidades vivenciadas por este povo, somando-se a isso o fato da atual conjuntura política do país onde a negação de direitos é recorrente, sobretudo para os povos e populações tradicionais como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, entre tantos outros, acirra-se ainda mais a situação de precariedade da

pesca e dos pescadores artesanais, pois estes vivenciam a negação de direitos alcançados a custo de muito trabalho e organização como o direito ao seguro defeso.

É louvável e animador o fato de a grande maioria dos pescadores continuar defendendo a pesca artesanal e ainda mais procurar soluções e alternativas as crises presentes no território, no seu modo de ser e fazer-se artesanais, e de acordo com suas cosmovisões vislumbram alternativas para tal realidade, dessa forma reafirmam-se enquanto seres políticos e organizados.

A pesquisa mostrou significativas mudanças na comunidade a partir do conflito com a pesca predatória, mudanças essas que ocorrem com o passar dos anos e vão se fixando na comunidade alterando o modo do saber/ fazer do pescador artesanal que reflete na cultura, na economia e na sociedade, assim como também é percebido pela comunidade em geral.

As repercussões no processo saúde doença se dão ao fato dos pescadores associar a ausência de saúde mediante a falta de condições para realizar sua atividade laboral, onde foi elucidado o sentimento de tristeza (que pode repercutir em doenças como depressão, alcoolismo, entre outras) ocasionado pelo fato de não conseguir sustentar sua família e pelo acúmulo de dividas, além dos acometimentos à saúde advindos da própria atividade laboral.

Quanto à categoria trabalho, os pescadores reconhecem várias mudanças mediante os conflitos na pesca, tais como: o desaparecimento gradual da figura do mestre por ocasião da inserção de tecnologias, onde o *saber/fazer* do pescador artesanal vai sendo substituído pelo *saber/usar* instrumentos tecnológicos como o GPS; a migração dos pescadores para outras cidades e regiões em busca de uma temporada de pesca mais farta; a necessidade de realizar outras tarefas laborais para complementar a renda da família, fato que aos poucos vai distanciando o pescar do ambiente marinho.

Já na categoria ambiente, as mudanças percebidas foram a poluição das lagostas e do ambiente marinho, devido contato com substancias químicas derivadas dos tambores de ferro utilizados pela pesca predatória como atrativos de lagostas; a escassez acentuada do crustáceo devido a sobreexplotação da espécie.

Quanto a organização de classe, os pescadores artesanais de Redonda contam com um sindicato e um capataz na própria comunidade, assim como a Colônia de pescadores Z-17 situada na sede do município, que fornece suporte a estes profissionais.

Apesar do avanço quanto a organização em colônias e sindicatos ainda há muito que avançar sobre as questões de direitos e saúde trabalhistas para os pescadores, surgindo a

necessidade de continuar com a resistência política e a mobilização social em busca de melhores condições de trabalho e saúde, reivindicando os direitos fundamentais.

Os resultados apontados pela pesquisa como as repercussões e mudanças no cotidiano, na cultura, na saúde, na dimensão ambiente, no modo de realizar a atividade laboral dos trabalhadores do mar, os pescadores artesanais, mediante o contexto de conflitos com a pesca predatória, servem como ferramentas iniciais para posteriores estudos e pesquisas que visem atuar sobre os povos do mar que resistem ao sistema capitalista e elaboram saídas para os contextos de vulnerabilidades em que se encontram, assim como aqui pode ser oferecido bases para pesquisas que visem estudar a saúde, o ambiente e o trabalho dos pescadores tradicionais artesanais e que busquem um aprofundamento sobre comunidades e povos tradicionais, da mesma forma a presente pesquisa serve de base para estudos sobre a utilização das marambaias ecológicas comunitárias, se estas constituíram uma potencialidade ou uma fragilidade para a comunidade.

Mesmo com grande maioria da população da comunidade de Redonda defendendo a pesca artesanal, o fato de certa parcela começar a praticar a pesca predatória e os próprios pescadores artesanais lançarem mão de instrumentos ilegais como as marambaias mesmo em caráter ecológico e comunitário, causa preocupação sobre o futuro da pesca artesanal e da população tradicional.

Mesmo diante do modelo de desenvolvimento em curso no País, cujas consequências vêm colocando em risco a reprodução social, cultural e econômica das comunidades pesqueiras e a manutenção da qualidade ambiental de seus tradicionais territórios de pesca é necessário fortalecer as resistências dos povos e populações tradicionais que mesmo em meio a tantas adversidades vislumbram alternativas a esse modelo de desenvolvimento insustentável.

.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.G. **Caracterização das áreas de pesca artesanal de lagosta na Praia de Redonda, Icapuí-CE**. 2010. 93f. Dissertação. Instituto de Ciências do Mar. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

AUGUSTO, L,G, S. Saúde e Vigilância Ambiental: um tema em construção. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v.12, n.4, 2003.

BACKES, D.S; COLOMÉ, J.S; ERDMANN, R.H; LUNARDI, V.L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O MUNDO DA SAÚDE**, São Paulo, v.35,n.4, 2011.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva.** v.15, n.2, 2001.

BUDÓ, M.L.D. et al. Cuidado e cultura: uma interface na produção do conhecimento de enfermagem. **Revista de pesquisa cuidado é fundamental [online]**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 3691-3704, jan./mar., 2016.

BRASIL. Decreto Nº 6.040/2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221/1967. **Proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Lei Delegada nº 10/1962. **Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LDL/Ldl10.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.779/2003**. Concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Lei Nº 11.959/2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm . Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Lei Nº 9.985/2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Lei Nº Lei nº 11.958/2009. **Transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11958.htm Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Medida Provisória Nº 696/2015. **Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm . Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BOSI, M.L.M. Desafios atuais para a pesquisa qualitativa: Considerações no cenário da saúde coletiva brasileira. **Forum Sociológico**, v.24, 2014.

BOSI, M.LM. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.3, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.2, 2001.

CALEGARE, M. G; HIGUCHI, M.I.G; BRUNO, A,C,S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**. v.17, n.3, 2014.

CARDOSO, E. S. **Pescadores:** geografia e movimento social. In: anais do X Encontro de geógrafos da América latina, 2005.

CARDOSO, E. S. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. **Revista Pegada.** v.10, n.2, 2009.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 143f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Conselho Pastoral dos Pescadores: breve histórico. Disponível em: http://www.cppnac.org.br/breve-historico. Acesso em 25 fev. 2018.

COELHO, J.S. **O cuidado em saúde na velhice: a visão do homem**. 2014. 59f. Dissertação (mestrado em saúde) - Programa de Pós - Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Pesquisas René Rachou, Belo Horizonte.

CONCEIÇÃO, W.S. "Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo"? Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas pertenças ao campo. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v.8, n.1, 2016.

COSTA, C.R.R. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-CE**. 107 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

DALL'AGNOL, C.M; MAGALHÃES, A.M.M; MANO,G.C.M; OLSCHOWSKY, A; SILVA, F.P.S. A noção de tarefa nos grupos focais. **Rev Gaúcha Enferm**., Porto Alegre (RS), v.33, n.1, 2012.

DEMO. P. **Pesquisa Participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília. Liber Livro Editora, 2004.

DIAS, E.C; RIGOTTO, R.M; AUGUSTO, L.G.S; CANCIO, J; HOEFEL, M.G.L. Saúde ambiental e saúde do trabalhador na atenção primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.14, n.6, 2009.

DIAS, E. C.; SILVA, T. L.; ALMEIDA, M. H. C. Desafios para a construção cotidiana da Vigilância em Saúde Ambiental e em Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde. **Cadernos de Saúde Coletiva**. v.20, n.1, 2012.

DIAS NETO, J. **Plano de gestão para o uso sustentável de Lagostas no Brasil**. Ibama, 2008.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo : Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ed. Atlas, 1983.

FONTENELES FILHO, A.A. A pesca predatória de lagostas no estado do Ceará: causas e consequências. **Boletim Técnico Científico**. Rio Formoso, 1994.

FOX, V. P. P.; CALLOU, A. B. F. Estratégias de comunicação do movimento nacional dos pescadores do Brasil. **Razão e Palavra**, n.84, 2013.

FURTADO, G. S; ANDRADE, M. R.F. **Gênero e pesca:** o conselho pastoral da pesca (CPP). In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013.

GALDINO, J.W. **A intermediação e os problemas socioeconômicos no defeso da pesca de lagostas em Redonda, Icapuí(Ce).** 150f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.

GATTI, B.A**. Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília. Líbre Livro Editora, 2005.

GOMES FILHO, G. P. F. **Análise da eficácia da fiscalização marítima no combate à pesca ilegal da lagosta no Estado do Ceará**. 24f. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GÓIS, C.W.L. **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2017**. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230535. Acesso em: 14 dez. 2017.

LACAZ, F. A. C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n.4, 2007.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. Ática. São Paulo, 1986.

MARRUL FILHO, S. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. 107f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MARRUL FILHO, S. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: Ibama, 2003.

MEIRELES, A. J. A.; SANTOS, A. M. F. **Atlas de Icapuí**. 1ed. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2012.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública,** v.25, n.5,1991.

MINAYO, M.C.S. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v.83, n.91, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO-GOMEZ, C. ; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública.** v.13, n.2, 1997.

MOREIRA JUNIOR, W. **Alguns aspectos da cadeia produtiva pescado artesanal na região Lindeira ao estuário da Baixada Santista/SP**. In: Fórum ambiental de Alta Paulista, 2010.

MOREIRA, R.L.S.F; FONTES. W.D; BARBOZA, T.M. Dificuldades de inserção do homem na atenção básica a saúde: a fala dos enfermeiros. **Escola Anna Nery**, v.18, n.4, p.615-621, out./dez., 2014.

MORENO, L. T**. A luta pra pescar:** uma discussão inicial sobre direito social e política pública dos pescadores artesanais. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE. 9, 2015.

MORENO, L.T; CARVALHAL, M.C. Trabalhadores do mar: uma discussão sobre as transformações do trabalho do pescador artesanal de Ubatuba/SP.**Revista Pegada**. v.14, n.1, 2013.

MOURA, D. V; LOUREIRO, C. F. B; ANELLO, L. F. S. A organização de classe dos pescadores artesanais da colônia Z-3 no município de Pelotas-RS (Brasil). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**. 2016.

NASCIMENTO, R.C. **Impactos sócio-ambientais de marambaias para pesca da lagosta: o caso de Ponta Grossa, Icapuí-Ce**. 2006. 86f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

OLIVEIRA, O. M. B. A.; SILVA, V. L. O Processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência.** v. 33, n. 65, 2012.

OLIVEIRA, T. Estudos da linguagem em permanente estado etnográfico: notas sobre a observação participante de uma pesquisadora/nativa que "quer se meter". **Veredas Online**. v.22, n.01, 2018.

OLIVEIRA, D.C; FREITAS, L.F; MARINHO, R.A; CONCEIÇÃO, R.N.L. O uso insustentável de madeira na construção de armadilhas empregadas na pesca artesanal da lagosta na comunidade de Redonda, Icapuí, Ceará. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA** Fortaleza, Brasil, v. 10, n. 2, p. 76-87, jul./de. 2016.

OLIVEIRA, V.S; ANDRADE, H. A; HAZIN, F. H.V; VIEIRA. A.C. Pesca da lagosta com covos na costa central de Pernambuco: taxas de captura da lagosta e fauna acompanhante. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, 2015.

PENA, P.G.L; GOMEZ, C.M. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19,n.12, 2014.

PONTES, A. G. V.; RIGOTTO, R. M. Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: potencialidades e desafios da articulação entre universidade, SUS e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 39, n. 130, 2014.

PORTO. M,F. Sa de do trabalhador e o desafio ambiental : contribuições do enfoque ecossocial , da ecologia política e do movimento pela justiça ambienta l. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10,n.4, 2005.

PORTO, M.F; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus. Actas em Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 26-37. 2009.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, 2014.

PORTO, M. F.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 17, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. **Boletim do Museu**. v. 2, n. 3, 2007.

_____ Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação no Campo.** 1ed. Rio de janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

RAMALHO, C.W.N. A Arte de Fazer-se Pescador Artesanal. In: **II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS),** Indaiatuba, SP, 2004.

RIGOTTO, R. M.; MEIRELES, A. J. A. **Injustiças Ambientais em Territórios Tradicionais Pesqueiros:** Eólicas, Carcinicultura e Especulação Imobiliária na Zona Costeira. *In:* RIGOTTO, RM; MEIRELES, AJA., (org).Tribunal Popular do Estado do Ceará. Dossiê Denúncia. Conflitos Socioambientais e Violação de Direitos: Impactos dos Grandes Projetos Econômicos sobre Comunidades Tradicionais e Lutas em Defesa dos Direitos Territoriais no Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

RIOS, K. A. N. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros:** pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**.** 2012**.** 262f, Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RIOS, K. A. N.; GERMANI, G. I. **Pescadores e marisqueiras do distrito de Acupe - Santo Amaro (BA):** saberes e práticas na construção dos territórios pesqueiros. In: anais do XXI encontro nacional de geografia agrária "Territórios em disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro", 2012.

RODRIGUES, D. V. **Análise dos conflitos entre pescadores artesanais de lagosta no município de Icapuí, Ceará. 2013.** 113f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos**. v.79, 2007.

SANTOS, A.M.F. **Geotecnologias para a Gestão Pública: uma aplicação em Icapuí/CE**. Tese (Doutorado). 189f. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, M.O.S. **Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, J. M. **A perspectiva da saúde nos Estudos de Impacto Ambiental de Refinarias de Petróleo no Brasil: análise crítica**. 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

SILVESTRE, M. C. **A guerra dos redondeiros contra os compressores**. Fortaleza: Art & Cores Gráfica e Editora, 2007.

SILVA, M.C.S. **Organização e autonomia da comunidade de Redonda, Icapuí-CE**. 164f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SVAMPA, M. **Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais:** Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016.

TAMBELLINI, A.T; CÂMARA, V.M .A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.3,n.2, 1998.

THUM, C. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, 2017. Edição especial.

THUM, C.; ÜCKER, M. K. **Povos tradicionais:** os pomeranos e seus contextos na Serra dos Tapes. In: XI Reunião de Antropologia do Mercosul.

TRAD, L.A.B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19,n.3, 2009.

UCHIMURA, K.Y; BOSI, M.L.M. Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde. **Cad. Saúde Pública**, v.18, n.6, 2002.

VIEIRA, M. M. **A sustentabilidade da pesca da lagosta na visão do pescador artesanal:** um estudo de caso. 2007. 76f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal do Ceará, 2007.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v.23, n.68, 2008.

ZHOURI, A; ZUCARELLI, M.C. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. 32º Encontro Anual da ANPOCS, GT 4 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. Caxambu, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS CONDUTORAS PARA GRUPO FOCAL

GRUPO FOCAL I: RESGATE DE MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DOS PROBLEMAS

1- Qual a importância da pesca da lagosta para o pescador e para a comunidade?
2- Quais as principais dificuldades e os principais problemas para realizar a pesca da lagosta atualmente?
3- Quando e como surgiram esses problemas?
4- Quando percebeu-se que tratava-se de um problema que teria repercussões na vida dos pescadores e de toda comunidade?
5- Como era a vida na comunidade antes do conflito na pesca da lagosta?
6- Como era a forma de trabalho na pesca da lagosta antes do conflito?
7- Quais os motivos que ocasionaram o surgimento de outros tipos de pesca além da pesca artesanal?

GRUPO FOCAL II: PESCA E SAÚDE

1- A profissão de pescador pode causar algum problema de saúde? Quais?
2- Os conflitos entre a pesca artesanal e a pesca predatória repercutem na saúde do pescador?
3- Os conflitos na pesca da lagosta ocasionam alguma mudança na comunidade? Essas mudanças repercutem na saúde da comunidade?
4- Quais os problemas de saúde que o pescador artesanal pode ter e quais os problemas de saúde os pescadores que realizam a pesca predatória podem ter?
5- Quais os danos que a pesca da lagosta causa ao meio ambiente? Esses danos afetam os pescadores e suas famílias?

GRUPO FOCAL III: TRABALHO, AMBIENTE E ALTERNATIVAS AO CONFLITO.

1. Como é o dia-a-dia do pescador?
2. Quais as principais dificuldades em realizar o trabalho da pesca?
3. O que é Marambaia, quais os prejuízos que ela pode ocasionar para o meio ambiente?
4. Porque acontecem conflitos na pesca da lagosta entre a pesca artesanal e a pesca predatória?

5. O que pode ser feito para evitar os embates violentos que já aconteceram em vários períodos na pesca da lagosta?

6. Quais alternativas podem ser construídas para que a pesca seja realizada de forma sustentável, respeitando as condições da lagosta?
7. Como os pescadores podem se organizar para buscar soluções aos conflitos?
8. Quais entidades e/ou órgãos podem ajudar na solução dos conflitos da pesca da lagosta?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS CONDUTORAS PARA ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

DADOS DO RESPONDENTE:

NOME:_____

IDADE:_____

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: _____

ENDEREÇO:_____

TELEFONE:_____ E-MAIL:_____

TERMO DE CONSENTIMENTO:

Você gostaria de participar desta pesquisa? ( ) Sim ( ) Não

Termo de consentimento:_____

Data: _____

1- Há quanto tempo você trabalha com atividades referentes a pesca?
2- Qual sua função nesse trabalho?
3- Qual a importância da pesca e do pescador para a comunidade de Redonda?
4- Quais os principais problemas e dificuldades que os pescadores artesanais enfrentam? A que se devem esses problemas?
5- Como você percebe o atual contexto da crise da lagosta na comunidade de Redonda?
6- O que os pescadores e a comunidade podem fazer para superar a atual crise?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado, pela pesquisadora principal Francinete Pereira da Costa, a participar da pesquisa intitulada "CONFLITOS NA PESCA DA LAGOSTA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE, O TRABALHO E O AMBIENTE: O CASO DA COMUNIDADE DE REDONDA, ICAPUÍ-CEARÁ". Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A pesquisa tem como objetivo principal analisar as repercussões do conflito na pesca da lagosta sobre a saúde, o trabalho e o ambiente no contexto dos pescadores artesanais da praia de Redonda, Icapuí-Ce. Estão previstas, como atividades, a realização de Grupo Focal que são encontros em grupo, que serão realizadas por meio de rodas conversas e diálogos com os participantes, onde serão trabalhados temas relativos à pesca e ao conflito vivenciado pelos pescadores. Após o consentimento dos participantes as conversas serão gravadas para posteriormente serem analisadas, tudo o que for gravado será usado somente para esta pesquisa, mantendo sigilo absoluto sobre a identidade de cada participante, ou seja, não será revelado nem divulgado o nome dos participantes. Somente os responsáveis pela pesquisa terão acesso as informações. Não está previsto nenhum tipo de pagamento aos participantes, por isso os que desejarem participar não receberam pagamento para isso. A pesquisa trará como benefícios uma maior compreensão sobre o contexto do conflito da pesca da lagosta; compreensão dos impactos que esses conflitos ocasionam sobre a saúde dos pescadores e de todos envolvidos no conflito; propostas de alternativas aos conflitos como meio de amenizar, diminuir os impactos desses conflitos. Informamos que não há riscos diretos à sua saúde física, os riscos são mínimos e se referem a possibilidade de constrangimento e/ou desconforto com algum questionamento, sendo dado o direito de não responder a este, e ainda a desistência da participação na pesquisa, sem nenhum prejuízo ao participante, que tem a plena liberdade de não participar da pesquisa ou desistir no momento que decidir sem que isso lhe quase penalidade nenhuma e nenhum prejuízo. A qualquer momento os participantes poderão ter acesso as informações referentes à pesquisa, através do telefone/endereço da pesquisadora que encontra-se logo abaixo:

Endereço das responsáveis pela pesquisa:

Pesquisadora principal: Francinete Pereira da Costa
Orientadora: Raquel Maria Rigotto
Instituição: DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Endereço: Rua Professor Costa Mendes, 1608. 5º andar. Bairro Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ce. CEP: 60430-140
Telefones para contato: (85) 3366-8044

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8346/44. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).
O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____,___anos, RG:_____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/___

_____

Nome do participante da pesquisa Data

Assinatura

_____

Nome do pesquisador principal Data

Assinatura

APÊNDICE D - DICIONÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES DOS PESCADORES

A GENTE - Expressão utilizada para designar a primeira pessoa do plural.

TÔ - Refere-se a palavra estou.

TÃO - Refere-se a palavra estão.

PARADEIRO - Significa o período do defeso, onde cessa a pesca por tempo determinado, visando a manutenção e reprodução dos estoques pesqueiros.

TÁ - Mesmo que estar.

PRU - Refere-se a expressão *para o*.

BOTE - Barco com propulsão a vela.

BARRACÃO - Estabelecimento comercial dos atravessadores.

QUIMANGA- Comida que o pescador leva quando vai pescar, pode ser: pão, bolacha, rapadura, farinha, café, suco, entre outros.

MÃO ABANANDO - Significa mãos vazias, sem nada.

SER BESTA - Refere-se a palavra tolo.

RUMA - Refere-se a multidão de pessoas.

REVOLTA - Refere-se ao sentimento de indignação.

ULTIMO RECURSO – Mesmo que ultima alternativa.

BUDEGAS – Bodega, pequena mercearia.

NUM - Mesmo que a palavra não.

FITANDO - olhando há muito tempo, sem desviar o olhar.

CANGAIA - mesmo que cangalha/manzuá.

TOSTADA- Palavra utilizada para designar quando a pele está queimada superficialmente por meio dos raios solares.

ESCAMA - desidratação da pele.

ALEJADO – mesmo que aleijado.

FAZER CAMINHO PELA TERRA - Tarefa atribuída aos mestres de pesca, significa a orientação espacial que este profissional detêm em localizar os pontos de pesca e os instrumentos previamente deixados nestes locais.

BATER EM CIMA - Acerta certo local de pesca.

ARRASO - Refere-se a palavra destruição.

DE FORA - Pessoas que não são nativas da comunidade.

BALDA - Total de Manzuás por barco.

VIAGI - Mesmo que a palavra viagem.

ATRAVESSADOR - Profissional autônomo que comercializa os produtos da pesca, tais como: peixes, lagostas, entre outros.

RANCHO – Alimentos que os pescadores levam quando vão pescar, semelhante a quimanga, porém esta utiliza-se quando o período de permanência no mar é curto e o rancho quando trata-se de longos períodos de permanência no mar.

DONO DE BARRACÃO - Refere-se aos atravessadores.

ARRIARAM - Refere-se a palavra colocar, depositar.

LAGOSTIM - Mesmo que lagosta.

LIMPIM - Mesmo que limpinho.

BRANQUIM - Mesmo que branquinho.

FERRUGI - Mesmo que ferrugem.

TRABAIADOR DOS MATOS - Refere-se a palavra agricultores.

QUINHÃO - Forma de partilha, entre os pescadores, dos produtos da pesca.

EMBARCADOR - Pescador profissional, porém não realiza a atividade laboral em alto mar, seu trabalho consiste em transportar os pescadores da terra até os barcos utilizando jangadas.

ARTESENAL - Mesmo que artesanal.

PANO DO BOTE - Mesmo que vela do barco.

FERRO - Mesmo que âncora do barco.

POÇO DOS BOTE - Ancoradouro dos barcos

TANDO - Refere-se a palavra estando.

MUIÉ - Refere-se a palavra mulher.

PEIXE TORRADO - Mesmo que peixe frito.

BOTANDO LINHA - Mesmo que pescando de linha, tipo de pescaria onde o pescador utiliza uma linha de náilon (do inglês *nylon*) e um anzol.

POIVO - Mesmo que polvo.

PATOLA - Espécie de crustáceo.

OVADA – Mesmo que ovígera.

CUMA - Refere-se a palavras como.

DIRIVIR - Significa *de ir e vir*, refere-se a pescaria realizada em um só dia, onde o pescador sair para pescar na madrugada e volta no final da tarde, difere da *pescaria de dormida* onde o pescador passa vários dias ou meses no mar.